



Ata Assembléia Geral Extraordinária

Reforma dos Estatutos

Realizada em 22 de maio de 2005

Aos vinte e dois dias do mês de Maio do ano de 2005, às 10h15, em segunda chamada, com a presença de 106 proprietários, atendendo ao dital publicado no jornal "Diário de São Paulo" em 06 de Maio de 2005, o Sr. Márcio Camarosano - Lote D2C, Presidente do Conselho Deliberativo, fez a abertura da Assembléia Geral Ordinária da Associação de Proprietários amigos Porta do Sol, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: esta ata resume as principais manifestações dos associados presentes.

Sr. Márcio Camarosano - Na qualidade de presidente do Conselho Deliberativo da APAPS, estamos instalando esta assembléia geral ordinária. Permito-me, fazer uma sugestão submetendo à apreciação dos senhores. Eu gostaria que o Conselheiro Neto Antonio presidisse esta assembléia. Os presentes que estiverem de acordo com a entrega da presidência dos trabalhos ao conselheiro Neto que permaneçam como estão, os que forem contrários que ergam o cartão vermelho. Aprovada a indicação por unanimidade. Antes de passar a presidência ao conselheiro Neto, quero agradecer, em nome do Conselho Deliberativo, a presença de todos os senhores.

Sr. Neto - Antonio Neto, Lote O1N. O nosso Vice-Presidente do conselho deliberativo Carlos Intasqui pode secretariar os trabalhos. Aqueles que tiverem alguma objeção por gentileza se manifestem. Aprovado o Conselheiro Intasqui para secretariar os trabalhos. Eu quero primeiro agradecer à referência ao meu nome para presidir a Assembléia, embora eu saiba que isto é um encargo mais do que um cargo. Esta é uma assembléia de prestação de contas, de resgate do que foi o trabalho feito pela Diretoria ao longo do último ano. Membro que sou do Conselho Deliberativo, sei que foi um ano bastante profícuo, de bastante trabalho. Coisas como recuperação de galerias, projetos de investimentos, a captação V e uma série de outras coisas que fizemos neste período. Uma das coisas que vale mais neste momento é dar conhecimento a cada um e a todos de tudo o que foi realmente efetuado. Normalmente, numa assembléia a gente pede para fazer a leitura da ata anterior. Eu queria propor que a gente dispensasse a leitura da ata.

Sr. Mario Fontes - Bom dia. No final da Assembléia de todas as Assembléias, se escolhem dez associados que participaram, e aí se redige a ata e eles dão a aprovação. Então, a ata se encerra e é aprovada no mesmo dia, portanto não há necessidade de voltar a aprová-la.

Sr. Neto - Então já está aprovada a ata anterior.

Sr. Mario Fontes - Por questão de ordem também, tem uma segunda semântica que é complicado. Na realidade, conforme os estatutos, as Assembléias Ordinárias são de prestação de contas e as Assembléias Extraordinárias, são as que solicitam verbas especiais. Por um lapso, o pessoal misturou as coisas. Misturou a ordinária com a extraordinária. Isto pode gerar confusão. A assembléia é soberana sobre este aspecto, mas não foi respeitado o estatuto neste caso aqui. Este é o alerta que eu faço.

Sr. Neto - A visão da mesa nesta questão de ordem é diferente. Normalmente a Assembléia Extraordinária é aquela que não há tempo hábil dentro da Assembléia Ordinária, que a gente possa colocar alguma coisa dentro dela. Você dentro de uma Assembléia Ordinária, você define tudo e todas as coisas que pode fazer, além da prestação de contas e as discussões necessárias, para que você não tenha a necessidade de preparar e convocar uma outra assembléia, esta sim extraordinária, daí a deliberação da direção junto com o Conselho que numa única assembléia nos pudéssemos apresentar a prestação de contas e também apresentar os termos necessários à concepção de tudo e qualquer coisa que for colocado. Neste sentido, a Assembléia esta regimentalmente convocada, estatutariamente correta, nos prazos corretos, todas as questões foram avaliadas e o nosso presidente Camarosano pode agregar alguma informação.

Sr. Márcio - Márcio Camarosano - Lote D2C. A observação do Conselheiro Mario Fontes, em princípio, do ponto de vista digamos estritamente formal, teria alguma procedência. Mas do

ponto de vista substancial, não há prejuízo algum. Eu inclusive me permito recordar, se não me falha a memória, de que numa última assembléia de gestão anterior, foram realizadas no mesmo dia, duas assembléias. A Assembléia Geral Ordinária e a Extraordinária. O que modificou com relação à realização destas assembléias, apenas constou que seria no mesmo dia e a partir do mesmo horário uma Assembléia Ordinária e em seguida se escreveu a expressão Extraordinária. A forma de convocação é a mesma, o quorum para a deliberação é aquele que consta dos estatutos, a Assembléia Geral, esta foi regularmente convocada e, portanto, é uma questão apenas de ter constado ou não também a palavra extraordinária. Porque na pauta estão estabelecidos de forma bem clara, direta e objetiva, quais seriam as preocupações objetos de discussão e eventual deliberação por este plenário. Portanto a minha manifestação é no sentido de que a questão apontada pelo Conselheiro Mario Fontes é uma questão mais formalista e nada prejudica o conteúdo daquilo que hoje devemos apreciar, discutir e deliberar.

Sr. Neto - Perfeito. É só ler o artigo que define o que é a Assembléia Geral. Ele é claro, não especifica, diz que ela é anual e constituída por todos os Associados e que a deliberação dela obriga aos Associados bem como aos demais órgãos sociais. As deliberações da Assembléia obrigam inclusive os Associados ausentes. Deliberações da Assembléia Geral somente poderão ser anuladas por outra Assembléia Geral e ai diz, os editais devem constar, ou seja, foram cumpridos todos os ritos estatutários. Não há porque, não há necessidade. Pode-se fazer, e aí é uma questão deliberativa meramente, porque esta questão de ordem esta vencida.

Sr. Décio - Conselheiro Décio - Lote J8I. A minha questão de ordem é que esta Assembléia não cumpre na seção A, artigo 12, parágrafo I. Eu vou ler para os senhores. Os editais de convocação da Assembléia Geral deverão ser publicados com antecedência mínima de 15 dias da data da sua realização, em jornal de grande circulação na região da grande São Paulo, em veículo de comunicação, e aqui o estatuto mostra quais são os veículos de comunicação, jornal, boletim, revistas e etc. Porém, o regulamento editado pela APAPS, e remetido aos associados, pelo que me consta, foi feita a correspondência e entregue dia 16, esta semana. Alguns receberam dia 17, outros receberam dia 18. O Edital também deve ser afixado, por exemplo, nos quadros de aviso da APAPS, na portaria, sede, restaurante, e todos os locais de grande frequência. Porém, claro colocaram na internet, como o senhor ai até comunicou, lembrando que nem todos têm internet. A correspondência é fundamental e essa Assembléia, ela não está coberta por este estatuto, porque o mínimo de 15 dias. Se caso vier aqui falar que colocou na portaria uma faixa na semana passada, também não deu os 15 dias, ou na portaria II que eu mais vejo. Mas devo lembrar novamente, não foi entregue para os Associados, para os Condôminos, em prazo de 15 dias. Esta é minha questão de ordem, até que me provem o contrário.

Sr. Neto - Também posso responder com tranqüilidade a esta questão de ordem. O prazo de 15 dias para a publicação em jornal de grande circulação. Foi publicado no dia 6 de Maio no Diário de São Paulo. Eu só posso distribuir aos Condôminos a convocação depois de publicá-la. Os 15 dias só valem para publicação em jornal de grande circulação. Está aqui o edital publicado no dia 6 de Maio. Se a gente somar 6 e 15 dá 21. Quinze dias de antecedência, é o primeiro dia útil posterior. Segundo, a partir daí, eu tenho que comunicar aos interessados, através de Boletim que foi remetido à casa de cada um dos proprietários, um edital, colocado faixa, ou seja, foi dado na nossa opinião e na minha em especial, total transparência e divulgação de que teríamos hoje a assembléia de convocação. Creio que dentro do rigor colocado pelo Conselheiro Décio, o problema dos 15 dias é bom analisar que é a publicação. A partir da publicação eu tenho que comunicar. Eu publico cópia do Edital e poderia ter xerocado cópia do edital e avisar que foi publicado no jornal tal e dizer a vocês que eu teria que imprimir-lo no dia 16 com cópia do que foi publicado, e ai mais correio 2 ou 3 dias, jamais cumprirá 15 dias antes. Eu não posso convocar ninguém antes de ter publicado. Estes 15 dias de antecedência é a data do conhecimento que a lei exige, inclusive o novo código civil, que é a questão de publicar em jornal de grande circulação. Foi publicado no Diário de São Paulo no dia 6 de Maio. Creio também ter respondido esta questão de ordem. Alguma outra questão de ordem? Podemos continuar a assembléia? Então vamos lá. Muito bem. Informe sobre o relatório preliminar da auditoria sobre as contas 1999 até 2003. Quem fará o informe?

Sr - Renato Pereira Soares do Conselho Fiscal Lote B4T. Bom dia a todos. O primeiro item que eu estou responsável para abordar é: Informe sobre o relatório preliminar da auditoria sobre as contas de 1999 a 2003. A primeira questão que fica, e que nós devemos tratar, é o porque de uma auditoria. É o primeiro ponto. Nós estamos trazendo para a Assembléia o informe desse relatório. Agora porque foi realizada esta auditoria? Então eu vou contar uma pequena estória para vocês e depois eu entro no resultado do relatório. Eu tenho aqui alguns documentos que eu vou consultá-los durante a minha fala. Bom, a origem desta auditoria esta na própria constituição do Conselho Fiscal. Esta constituição do Conselho Fiscal

aconteceu em 10 de Abril de 2004 numa reunião do Conselho Deliberativo. E como primeira atividade deste conselho Fiscal nós julgamos que deveríamos identificar dentro do Residencial quais são, ou quais estavam em vigências, os processos administrativos e documentação do Residencial. E para isso não tinha outra alternativa a não ser analisar as contas que nós já tínhamos realizado. Isso em gestões anteriores. E para esse fim pegamos um período que foi de 1998 a 2003. Dentro deste período nós fizemos uma análise amostral. Análise esta que pegou um mês de relação de despesas de cada um destes exercícios. Bom, em cima desta nossa análise amostral, nós identificamos uma série de inconsistências. Inconsistências que eu vou relatar algumas delas. Pagamentos realizados pelo Residencial sem a apresentação de Nota Fiscal pelo Fornecedor do serviço ou material. Pagamento frente ou contra recibo ou demonstrativo de despesas. Compras realizadas com direcionamento ao fornecedor, sem haver pelo menos três cotações no mercado, em sendo exclusivo sem haver justificativa da exclusividade. Compras realizadas sem o respectivo pedido de necessidade interno do Residencial. Simplesmente uma nota fiscal ou um recibo. Pagamento realizado a empregado do Residencial, da Administração sem a respectiva assinatura ou a comprovação de recebimento pelo mesmo. Serviços executados por terceiros dentro do Residencial. Nenhum deles com a respectiva aceitação ou aceite de funcionário do Residencial. Então eu estou citando para vocês alguns fatos que nós levantamos nesta documentação, que vai de 1998 a 2003. Então só lembrando. Outro aspecto importante e preocupante também é a ausência de alguns documentos nas pastas que nós temos de receitas e despesas. E por último, também preocupante é, assim como os anteriores, pagamentos realizados por serviços fornecidos ao Residencial, não à empresa que os forneceu, e sim à pessoa física, provavelmente, na época dentro da nossa análise, a proprietária desta empresa. Então eu recebo uma nota fiscal de uma empresa e faço um pagamento através de um depósito para uma pessoa física. Bom, foram mais de 40 inconsistências que nós do Conselho Fiscal identificamos. Em cima disto, nós fizemos uma sugestão ao Conselho Deliberativo. Sugestão esta que foi aprovada. A realização, ou melhor, a contratação de uma empresa de auditoria para fazer uma análise completa deste período, para que assim nós pudéssemos estar identificando quais as oportunidades de ressarcimento que nós poderíamos ter dentro do Residencial. Quais as obrigações que nós teríamos para frente que não foram saldadas anteriormente e, basicamente, os bons princípios de administração, que recomendações poderíamos estar nos fazendo para que nós tivéssemos uma mudança de rumo dentro desta situação. Então dentro deste pequeno histórico eu coloquei para vocês a necessidade da contratação da empresa de auditoria. Agora nós vamos entrar no relatório propriamente dito. O primeiro item que eu quero abordar é a contratação desta empresa de auditoria. Nós fizemos alguns convites e dentre os convites realizados nós recebemos três propostas de empresas de auditoria e fechamos com uma delas. Fechamos com uma empresa denominada INA, Instituto Nacional de Auditores, com sede em São Paulo, na Avenida Paulista. A documentação para esta contratação esta toda na administração, existe uma pasta que pode servir de consulta para os senhores. Os trabalhos desta auditoria ocorreram por um período de aproximadamente dois meses. Durante estes dois meses, dois auditores ficaram direto dentro da administração, que foi uma das cláusulas que nós estabelecemos no contrato, para que não houvesse o risco de desvio ou extravio de documentação. Dentro do Residencial a pessoa que ficou responsável pela ponte de comunicação foi o Sr. Claudinei, que é o gerente, pelo menos até à época, o gerente da administração. Agora os resultados alcançados pela auditoria. Com relação à pasta de receitas e despesas. Basicamente, tudo aquilo que o Conselho Fiscal apontou dentro dos exemplos que eu citei agora há pouco para vocês, também foi apontado pela Auditoria, com termos mais técnicos, lógico, pertinentes à Empresa. Então eu não vou repetir novamente. São basicamente os mesmos itens. Com relação a pessoal, folha de pagamento, então com relação a processos administrativos e contratação de serviços, aquisição de materiais, os problemas que eu citei anteriormente a vocês. Com relação a pessoal, folha de pagamento e encargos trabalhistas todos eles OK, sem problema algum, em termos de cálculo e em termos de recolhimento e pagamento. Só tivemos dois probleminhas que mais para frente eu vou estar citando para vocês. Com relação a aspectos contábeis, alguns aspectos significativos. Inexistência de relatório para controle contábil de pequeno caixa. Inexistência de extratos bancários oficiais, extratos que dizem quais foram os saques e entradas nas contas do Condomínio. São extratos oficiais do banco. Não vale extrato de Internet, que é facilmente adulterado. Eu faço uma cópia dentro de um Word ou qualquer outro programinha e faço o ajuste disso. Ausência de registro em cartório de notas do livro diário. Falta de assinatura em demonstração de resultados e atualização, essa é bem significativa. Atualização de saldos de estoque por ajuste de inventário, não havendo controle de estoque durante os exercícios. Então todo o balanço que nós tínhamos ao findar do ano, nós tínhamos ajuste de inventário, e o acerto de estoque era feito por este ajuste. Com relação à Secretaria da Receita Federal, o Condomínio está OK. Procuradoria Geral da

Fazenda, o Condomínio esta OK. INSS e FGTS na Caixa Econômica, nós fizemos as consultas e um probleminha com relação ao INSS e outro com relação ao FGTS, de pequena monta e que foram resolvidos. O que é pequena monta, coisa de R\$ 20,00 ou R\$ 30,00. Erro de cálculo de um recolhimento, basicamente isso. Em cima destes dados levantados pela Auditoria, eles fizeram uma série de sugestões. Esta fase da Auditoria, ela teve por objetivo avaliar todo o período, e em cima deste período, ai ela identificou alguns pontos mais frágeis que eu vou citar agora, que são as recomendações que eles fizeram. Reestruturação administrativa, contábil e de controles internos dentro do Residencial, dentro da administração do Residencial. Ai neste aspecto, o Conselho Fiscal fez uma análise prévia, amostral, até Abril. Quando chegou, que ele foi indicado no dia 10 de abril, e isso em início de maio também. Quando nós começamos a analisar o primeiro trimestre da vigência da nova gestão, que foi Maio, Junho e Julho, nós identificamos que alguns problemas que nós tínhamos identificado anteriormente continuavam a existir. Em função disto, somente o que diz respeito a processos administrativos. Em função disto, nós elaboramos um manual para documentação do Residencial, no que diz respeito a receitas, como elas deveriam estar sendo controladas e registradas, despesas, provisões e provisionamentos e a todos os recursos dentro do Residencial, principalmente focando os ativos desse Residencial. Então foi elaborado um manual. Manual esse que foi analisado pela Empresa de Auditoria e foi dado um aval, dizendo que é um bom padrão para que administrativamente o Residencial siga na sua gestão. Bom, então eu fiz uma parte, a primeira sugestão da Auditoria foi a adoção desse documento, desse manual de receitas e despesas. A Auditoria sugere também levantamentos específicos com relação a alguns fornecedores de serviços. Os advogados que cuidavam das nossas inadimplências. Eu coloquei o verbo no passado, porque esses advogados e escritórios já não atuam mais no Residencial. Alexandre Gaiofato e Jair de Andrade, a empresa que prestava serviços para eventos, Pancho, uma empresa fornecedora de materiais de construção, a MJ Moraes, a empresa responsável por transportes internos dentro do Residencial, Viação Dona Catarina e a pavimentação de ruas, por causa do controle existente na pavimentação. Definição de função de responsabilidade, também uma característica abordada pela empresa de auditoria. Fundamental a caracterização e atribuições de papéis de cada um dos postos de trabalho dentro deste Residencial. Tratamento das inadimplências, quando a empresa de auditoria fechou os trabalhos e o último período foi em Março de 2004, nós tínhamos R\$ 3.750.000,00 aproximadamente de inadimplência. Então, um pleito ou uma sugestão, uma recomendação da auditoria, é um tratamento efetivo dessa inadimplência. Vocês acho que chegaram a ver, bom depois a gente comenta que é a segunda parte, se não nós vamos misturar a estação. Nós do Conselho Fiscal fizemos um relatório em cima desse relatório elaborado pela Auditoria ratificando praticamente todos os itens sugeridos e recomendados por essa empresa de auditoria e implementando mais alguns deles. Com relação a todas aquelas empresas que eu citei a vocês, fornecedores de materiais e serviços, nós destacamos e propusemos que apenas uma empresa, ou melhor, dois serviços fossem tratados. Os advocatícios, com aqueles dois advogados e as empresas fornecedoras de materiais e serviços de construção, voltados tanto para a manutenção do Residencial, mais ai de uma forma global, como também os serviços de pavimentação, tanto de manutenção quanto de expansão existente no Residencial. E um item adicional, também que foi colocado por nós, levantamento de todos os ativos existentes no Residencial.

Em função desse relatório, que foi apresentado pela Auditoria, nós estamos dando continuidade aos trabalhos desses auditores. Nós fizemos novamente algumas consultas ao mercado e ai estamos fazendo um detalhamento desses trabalhos. Em cima do que? Dos inadimplentes que eu acabei de citar a vocês, material de construção, com relação tanto a materiais quanto a serviços propriamente dito, pavimentação, é um item exclusivo e ativos do nosso Residencial. Então esses são os itens de continuidade do processo de auditoria. Ele está se iniciando agora na segunda-feira dia 22, terá a duração prevista com término agora para julho desse ano de 2005. E é isso que eu tinha para colocar para vocês com relação ao primeiro item da pauta.

Sr. Neto - Obrigado então. Isso significa que ao término desse novo contrato de aprofundamento de auditoria, teremos uma assembléia de apresentação de resultados?

Sr. Renato - Com certeza é recomendável, porque ai nós teremos esclarecimentos, principalmente a inadimplentes e pavimentação, que são dois focos dentro de uma curva ABC, aqueles que impactam mais no nosso balanço e impactam mais em termos de valor.

Sr. Dirceu - Lote B9Q. Bom dia, eu fiz parte desse período da auditoria, como Vice-Presidente Administrativo e Financeiro, no período, se não me engano de 2002, por nove meses, e o que eu tenho a dizer, é que possivelmente eu também possa ter cometido algumas falhas. O sistema quando, eu não estava aqui na época, mas o Rumo Certo assumiu talvez ha uns oito anos atrás, ou nove anos atrás. Nós tínhamos, pelo que parece uma pasta, com toda a documentação do Condomínio, que andava em baixo do braço do administrador, pra lá e pra

cá, e ali estava todo o histórico das contas do Condomínio. Nesse período a Administração, e quem estava à frente disso era a Dona Edna, fez um trabalho extraordinário em colocar todas essas informações num sistema de informática e registrar tudo isso. Então talvez esse brilhante trabalho dessa auditoria só foi possível porque estava registrado o certo e o errado. Então, eu penso assim, um dia sequer de trabalho de algum dos proprietários em benefício da Porta do Sol, já é merecedor de uma foto na parede. É um trabalho árduo, eu entendo todo o trabalho do Sr. Márcio Camarosano, do Sr. Forti, todo mundo, então, algumas falhas, algumas formas, evidentemente um trabalho técnico de um auditor, embora eu seja administrador de empresas, devo ser qualificado como um perito, por exercer a profissão, sou formado nessa profissão. Ainda assim a gente comete falhas. Então eu só gostaria que essa gestão fosse marcada pelas obras e pelas realizações e não pela vingança. Obrigado. Sr. Renato - A fala do Dirceu é muito significativa. Nós do Conselho Fiscal não temos e não iniciamos os trabalhos, não tivemos, não temos e não teremos intenção de caça às bruxas. A nossa intenção, Eu coloquei de uma forma muito clara, com que objetivo, identificar se eu tenho que resgatar ou possibilidade de resgatar alguma receita que ficou para traz, inadimplência, esta certo, ou dentro dos levantamentos que eu tenho. Se eu tenho alguma obrigação que esta faltando aqui na frente em função de não ter feito no passado e as boas práticas da administração. Então é essa a intenção do Conselho Fiscal neste trabalho e essa é a orientação para a empresa de auditoria. Está certo? Somos todos proprietários e buscando ter uma melhoria dentro do Residencial. É basicamente isso, e uma transparência porque cada um de nós é um cotista dentro do Residencial.

Sr. - Ramon Martinez – Lote L6A. Eu faço parte do Conselho, da atual Diretoria. O que eu queria esclarecer é que no período de Abril para traz, está se levantando se tem alguma falha ou não tem alguma falha. Ninguém está acusando ninguém de coisa nenhuma. Apenas daqui para frente, a partir da nossa administração, vai ter que ser tudo provado o que esperemos que a Diretoria anterior também apresenta as provas. O que se quer é esclarecimento. Dirceu, aqui ninguém está à caça de bruxas coisa nenhuma. Eu, por exemplo, eu sou uma pessoa que trabalhei a vida toda, não sou uma pessoa formada, mas eu tenho as minhas posições também. O que eu luto aqui, quando estou participando da administração, é por esclarecer tudo, para que o Residencial seja um reduto de todos nós, onde todo mundo viva bem e corretamente. Esta é a minha posição. O que eu quero é esclarecimento. Para traz e para frente. Se tivemos erros para traz vamos corrigir. Se tivermos erros para frente vamos assumir.

Sr. Cláudio – Lote G8E. Na verdade, é para ir para frente mesmo. Eu gostaria de saber quanto custou esta auditoria, se a gente pode saber e quanto sobrou de dinheiro, o quanto a gente cavou isso?

Sr. Renato - O custo da primeira fase de auditoria para o Residencial foi R\$ 10.000,00, pagos em cinco parcelas. A segunda fase do processo de auditoria sairá R\$ 18.000,00, a serem pagos em dez parcelas. A perspectiva de volume, não dá para dizer. Então esta é a primeira questão e a primeira resposta. A segunda parte, o que nós estamos buscando em termos de valor, o que eu já tenho certo. Certo e efetivo eu não tenho nada, embora nós estamos tratando de valores que giram na casa de R\$ 5.000.000,00, que aí engloba inadimplência, que nós temos hoje uma inadimplência que esta navegando na faixa de R\$ 4.500.000,00 a R\$ 4.600.000,00. Isto dados de hoje. Então esse é o dado principal.

Sr.- José Carlos Liberal – Lote G4C. Como foi feita uma assembléia para discutir dez itens, a Assembléia começou atrasada porque também não foi feita a primeira chamada. Eu cheguei 9:20hs e o pessoal só chegou 9:40hs. Deveria ter sido feita a primeira chamada às 9:30hs e não foi feita. Então começou atrasado. Eu gostaria de sugerir é que se definisse tempo de discussão para cada tópico, senão nós vamos passar o dia inteiro aqui. Por que juntou-se aqui uma Assembléia Ordinária com assuntos relevantes, e nós vamos estar discutindo aqui aumento de 34% no Residencial todo, fora os quarenta e tantos da água. Isso sim é fundamental. E não ficar remoendo lá traz. Que se faça uma auditoria rígida, dura e se traga para uma outra discussão, e não é essa. Eu nunca vi um governo que diga que outro governo fez um bom governo, pagou todas as contas direitinho. Seria a primeira vez na minha vida. Então temos que discutir a questão dos aumentos.

Sr. Neto - Eu diria para você que eu posso colocar aqui o tempo que for. Quer que ponha 5 minutos em cada ponto, eu ponho. Só que o problema não é essa a questão. Ela vai ter o tamanho que ela precisar ter. Nós vamos ter a paciência que nós temos que ter. É nossa responsabilidade enquanto condôminos. Eu acho que tinha acabado já. Foram só três colocações e tinha encerrado o informe. Já estamos passando para o item 2, que é sobre a deliberação sobre a conta do primeiro trimestre de 2004, que o Renato também do Conselho Fiscal tem a palavra.

Sr. - Marcelo Caricol – Lote F2P. Eu queria sugerir então, em cima do que o Liberal falou, se poderia haver uma inversão da pauta?

Sr. Renato - A minha fala não buscando uma resposta, isto pode entrar em votação, ai depende do critério de nosso presidente, mas a minha fala não dura mais do que cinco minutos, com relação a balanço de 2004. As dúvidas, é que se tanto no início ou no final, acaba levando o mesmo tempo.

Sr. Nelson - Lote Z1A. Entendo a preocupação do amigo e louvo, também do Liberal, só que é o seguinte, para chegarmos no item que vai nos gerar custo, existe um outro problema que chama-se deliberação sobre as contas do primeiro trimestre de 2004. Talvez aqui nós tenhamos o subsídio para aprovar ou não o que vier posterior. Eu acho que isto é de vital importância para que se saiba o que na realidade esta trazendo do primeiro trimestre do ano passado, a consequência para agora. Porque que eu digo isso? A questão de ordem é que seja feita a deliberação sobre as contas do primeiro trimestre.

Sr. Neto - Há uma proposta, e eu vou submeter à votação, de que o item 2 e 3 sejam postergados para depois do 4, 5 e 6. Perfeito? Aqueles que são favoráveis a que seja mantida a pauta, perfeito, que levante o cartão verde. Vinte e cinco pela manutenção da pauta. Aqueles que são pela inversão da pauta que levante o cartão vermelho. Foi alterada a pauta. Passamos a discutir o item 4 da pauta. Renato, fica para depois. Item 4 da pauta: Discussão e deliberação sobre a alteração da tarifa de água do residencial.

Sr. Forti - Lote L7C. Bom dia a todos. É um prazer novamente estar aqui, no sentido de a gente exercer a democracia e principalmente numa assembléia extremamente participativa. No objetivo de ser curto e grosso, para a gente não perder tempo, quando a Diretoria Executiva fez uma avaliação ao longo de todo este período das nossas condições de manutenção e financeira, encaminhou ao Conselho Fiscal, exatamente nessa última reunião ao longo desses 60 dias, e onde fizemos uma discussão no Conselho e o Conselho entendeu a necessidade dessa correção, o passo seguinte, mesmo dentro do Conselho, lembrado por Conselheiros, que a alteração do valor tarifário da água, não necessitaria passar por uma assembléia. Isto constou de nossa pauta para que a gente pudesse fazer a comunicação e a discussão aos nossos companheiros. Qual é a realidade nossa? Nós coletamos a água, captamos, transportamos para a ETA, fazemos o tratamento, armazenamos de uma forma extremamente deficitária por falta de capacidade de armazenar, distribuímos e medimos. O produto final, de uma forma muito simples, dos 100% que tem de custo, envolvendo produto químico, energia elétrica, homem/hora, equipamento, manutenção, a nossa receita esta em torno de 60%, ou seja, mensalmente nós temos que bancar a produção da água. Esta é a nossa realidade. A gente foi lá atrás procurar nossa história. Em 2002, em janeiro de 2002, foi feito o último ajuste referente ao custo da água. A partir daí nós temos, 2002, 2003 e 2004. São três anos. Qual é a forma comparativa que a gente tem para tentar avaliar as coisas? Em volta do nosso mundo aqui, nós temos em Mairinque, São Roque e Sorocaba, uma série de outras empresas que captam, tratam e vendem a água e entrega ao consumidor. Os níveis estavam extremamente defasados em relação ao nosso, com duas situações: A empresa de Mairinque, ou a SABESP de São Paulo, ou a SABESP de Sorocaba cobram o valor real da água, visando efetivamente o lucro, em cima da taxa de esgoto, ou seja, o consumo real de cada pessoa, R\$ 40,00 de água, R\$ 40,00 de esgoto. No nosso caso, nós não temos taxa de esgoto. O que nós temos é uma defasagem de custo de produção e receita. A intenção em relação a isso não é nenhuma vez produzir lucro para que a gente possa arrecadar. Evidente que, como eu disse no Conselho na última reunião, se com a correção do consumo tarifário da água, que não é um controle meu, é um controle de cada um de nós que abre a torneira e consome, se tiver avanço, se tiver forma de receita, se tiver reservas financeiras, tem que ser aplicado na própria água. Essa é a visão que a gente tem enquanto direção executiva. E no comparativo, na nossa proposta que nós encaminhamos a vocês através da correspondência que foi específica para a convocação desta assembléia, vocês receberam a informação ai no quadrinho comparativo de estrutura de tarifa. A situação atual hoje, em relação à água, um comparativo da SABESP na região, um comparativo da CIAGUA de Mairinque e uma proposta no qual a gente avaliou, até para enquadrar o comparativo tarifário nosso com as demais, mudança da estrutura de tarifa de 0 a 10, 11 a 20, 21 a 50 e acima de 50 e a necessidade de se cobrir com isto aqui o zeramento do 100%. Essa é a posição que a gente levou para o Conselho e foi aprovado e que a gente vem com a posição para apreciação dos companheiros. Temos a necessidade, até fazendo já um gancho no ponto seguinte da nossa discussão, onde a gente coloca a questão da realização do Plano Diretor aprovado em assembléia passada, a questão água é crucial para a gente aqui dentro. E hoje a gente precisa avançar para a gente não começar a sofrer no próximo ano e os demais anos, como disse na assembléia passada. Água para nós é vida e nós temos que ter uma visão aqui, não é mesquinha e pequena, mas uma visão de dez anos pela frente, no qual nós temos que buscar manutenção disso. A outra coisa que lamentavelmente, ao longo desse período, principalmente dentro desses últimos doze meses, a gente tem combatido isso, vocês recebem o nosso boletim mensal, e eu coloquei uma matéria no jornal, que foi avaliada sem

dar nomes aos bois, lamentavelmente existe uma outra coisa aqui dentro da Porta do Sol, que acontece e é duro a gente falar isso, porque eu também sou proprietário, sou morador aqui dentro, que é o que a gente chama "Gato". E entre aspas aquela forma de você sacanear a medição, ou seja, as pessoas mexem no hidrômetro, as pessoas fazem o "gato" na rede, tem um consumo elevado e paga a taxa mínima. Toda semana a gente vem encontrando esse tipo de coisa. Toda a semana a gente encontra essa ou aquela situação, que nós estamos efetivamente cortando, obrigando as pessoas a religarem. Tem gente pequena, tem gente alta, tem gente grande, mas lamentavelmente isso contribui para uma coisa que eu acho que a gente não precisava. Água é importante para nós, é cara para a gente e ela é um bem que a gente tem que preservar. Essa é a necessidade e esse, com toda a certeza, é o espírito do processo. Eu tenho certeza de que a correção também pega no meu bolso. Não nego isso, pega no meu bolso, mas eu tenho certeza que eu já conversei com a Dona Ana lá em casa e já conversei com o menino que faz manutenção três dias na minha chácara. Vai ter que fechar a torneira. Tem que diminuir o meu consumo. Tá certo? E é isso que eu acho que é o princípio de nossa relação de igualdade dentro desta entidade aqui. É isso Presidente que eu tinha que colocar. A proposta nossa é do equilíbrio dos 100% do nosso custo em relação à energia elétrica, produtos químicos, horas/homens e essa coisa toda, e nós temos que continuar investindo nisso.

Sr. Fernando – Lote D5D. Concordo em termos que haja um reajuste, porém capciosamente vamos ver aqui. Além de aumentar, o que acho até certo ponto justo, ele diminuiu a quantidade fornecida, por exemplo, dantes era até 60m, agora é até 50m. Quer dizer, eu aumento, na minha opinião, o dobro. Além de aumentar o preço, e até certo ponto eu acho justo, ele diminuiu a metragem cúbica. Isso é bi-tributação. Com licença e muito obrigado.

Sr. Luiz Carlos - falando em nome de Ana Cecília – Lote Z4L. Nós estamos tendo um problema com a casa de água, principalmente onde nós estamos mais próximos da caixa d'água. O problema é muito ar antes da entrada da água, onde sempre existe o rodar do relógio. Eu sugeri uma vez e vou sugerir novamente, que sejam colocados em todos os medidores o famoso redutor, uma válvula direcional, não bidirecional. E isso provavelmente vai diminuir também o custo, nosso e dos proprietários.

Sra. Deisy - Lote G8P. Pela tabelinha que foi colocada nesse informe, até 10m³ o aumento até que não é muito significativo. A partir de 10m³ o aumento vai para 40%. Com todo o respeito, Eu gostaria de saber quanto custa a água? Porque o Sr. Forti não falou quanto custa a água para a gente, o m³ da água, quanto custa? Não adianta o senhor pegar a tabelinha, com todo respeito é minha opinião. O senhor pega a tabelinha da SABESP, da outra que o senhor pôs aqui. E por tabela pegar o preço deles e por no nosso, porque se aqui o objetivo em relação à água e apenas a nossa satisfação, o nosso abastecimento, não tem lucro. A SABESP tem que ter um lucro. É um outro sistema. Então o custo da água para nós, eu acho que é o que nós temos que pagar. Agora, este custo não foi esclarecido, não foi dito quanto está custando o m³ de água. O senhor só disse que vai aumentar. O que eu consigo enxergar é que vai aumentar em 40% porque fulano aumentou em 40%, porque fulano aumentou em 30%. Porque o custo da água ai fora é esse então é esse que nós vamos ter que pagar.

Desculpa, mas eu acho que está errado. Outro ponto se for para pagar 40% a mais no custo da água, então eu vou pagar o custo da água da SABESP, porque a SABESP garante a qualidade da água em nível mundial, uma das melhores águas do mundo. Coisa que eu não sei se a nossa aqui tem essa qualidade. Então eu queria deixar isso bem esclarecido, que eu acho que o aumento do valor da água não deveria ser por comparação ao custo da água de outras empresas de tratamento da água e saber, efetivamente, quanto custa a água para a gente, já que o objetivo não é lucro na água.

Sr. Marcelo – Lote F2P. Eu já trabalhei em duas empresas de saneamento, uma particular e outra pública. Portanto eu tenho um pouquinho de conhecimento nesse assunto. Na gestão passada eu fui Conselheiro e quero deixar muito claro que eu não estou aqui para defender que deva ser aumentado, ou que esta caro ou barato. Não é esta a intenção. Eu queria dar uma colaboração de uma sugestão que eu já fiz no passado, e que não me ouviram e eu gostaria que me ouvissem nesta atual administração. A água que nós consumimos, realmente como disse a senhora, ela não deve ser simplesmente reajustada com base no que a SABESP de São Roque promove os custos, ou a CIAGUA. Ela tem que retratar a nossa realidade. E a nossa realidade, ela não é exatamente igual a esses municípios vizinhos. Por que? Porque, por exemplo, em Mairinque um percentual de água captada da superfície, talvez seja maior do que o nosso. Talvez aqui a contribuição de água subterrânea seja maior. Implica num custo de tratamento menor, por que a água subterrânea vem com um teor de pureza maior do que a água de superfície. Que é diferente de São Roque, que é diferente de São Paulo. Enfim, custo cada um tem o seu, como nas nossas casas. Diante disso, a minha sugestão é a seguinte: que nós tenhamos de fato um plano de contas que contemple efetivamente os custos com a água. O que não ocorre na Porta do Sol porque há uma certa mistura da

estrutura da água com a estrutura da manutenção. Ora um funcionário está fazendo um serviço para a água, ora para a manutenção. Ora o cimento que comprou foi para a água, ora foi para a manutenção. Então há uma certa mistura do serviço que não dá para saber com 100% de certeza, o custo que efetivamente tem com a água aqui na Porta do Sol. Então minha proposta é que houvesse a adequação do plano de contas na estrutura operacional da nossa administração, para que soubéssemos efetivamente quanto a água nos custa. A água ela tem custo com a energia elétrica, que é bastante significativo, principalmente nesses locais que têm muito acidente topográfico, como aqui. Temos o custo da mão-de-obra, que é outro bastante relevante. E depois vem produtos químicos, custos com a manutenção do sistema e, o que é talvez mais importante para se levar em consideração aqui, que são os investimentos futuros. Esses investimentos futuros, para que eles sejam conhecidos, era preciso que tivesse antes disto tudo, e que eu levantei lá atrás, um estudo do nosso sistema e que fizéssemos uma projeção de nossas necessidades para os próximos 20 anos, que envolveria estudo de crescimento populacional, uso e ocupação do solo, das bacias, e que pudesse até nos levar a crer que tivéssemos necessidade de fazer aquisições de áreas, a fim de preservar mananciais. Isso talvez viesse também a entrar nesses investimentos futuros. E nós aqui na Porta do Sol, nós tivemos aí um início, todo mundo sabe, há pessoas aí que lutaram bravamente para que ela chegasse aonde chegou hoje, mas era uma briga, onde a pessoa achava que dedicando o fim de semana dela iria resolver os problemas da Porta do Sol. Então a realidade mudou. Hoje eu acho que a questão aqui é outra, ela é muito mais técnica. Então quando eu vim aqui na outra assembleia que tava aí o plano diretor, e vi uma proposta de reforma da ETA num custo de R\$ 24.000,00, eu levantei e fui embora. Porque com R\$ 24.000,00 não dá para fazer absolutamente nada na captação e tratamento. E só estava contemplado basicamente isso. Uma outra coisa a mais baseada no achismo. Enquanto nós ficarmos aqui levando a questão da água na base daquilo que, ou eu ou qualquer outro achamos, nós vamos ter uma desagradável surpresa lá na frente. E qual seria a surpresa, não teremos mais água. Com um detalhe, se Mairinque não tiver mais água, pode até ser que o Estado intervenha. Se São Roque não tiver mais água, alguma providência vão tomar, porque envolve o Estado. Aqui eu duvido que alguém vai se interessar em vir gastar fortunas aqui dentro com um Loteamento de veraneio, que é a maior parte desse loteamento, sendo que tem problemas gravíssimos em área de operação da SABESP e outros locais, e empresa privada não vai vir se não tiver viabilidade econômica. Então, pelo amor de Deus, tratem a questão da água com mais seriedade, contrate empresas especializadas para fazer um estudo e que resultaria num plano diretor da água, onde todos nós saberemos qual que seria a próxima obra, qual que seria a bola da vez. Porque o que acontece? Alguém entra e fala, ah eu acho que precisamos fazer um reservatório, outro entra e fala, eu acho que tem que fazer um captação. O outro acha que tem que fazer não sei o que. Tudo achando. Nós não podemos achar gente, que quem não tem formação na área vai resolver os problemas. E quero deixar bem claro que eu não estou aqui pleiteando que contrate a mim ou a minha empresa, até recusaria se me fizessem uma proposta, antes que alguém fale besteira, porque eu presto consultoria nessa área. O que eu estou falando é que tem que contratar uma empresa, seja qual for, fazer um trabalho e nós teríamos a seguinte situação e não precisaríamos ficar nos reunindo a cada tempo para reajustar a água. É simples, eu vou explicar como é que é. Nós teríamos uma equação com o peso de cada um dos custos da nossa água. Então teríamos lá, "X %" do nosso custo diz respeito à energia elétrica, "Y%" à mão-de-obra, "Z%" aos produtos químicos, e assim sucessivamente. Teríamos o peso disso na composição de nosso custo e lá na frente também as necessidades de investimentos. Esse último, repito, só seria possível se conhecêssemos toda a necessidade futura nossa, o que nós não sabemos, e eu falo isso com certeza. Muito bem, essa equação tem indicadores. Cada um desses tem indicadores econômicos específicos que são publicados periodicamente. Quanto reajustou os produtos químicos no último ano: "X%". Quanto reajustou a mão-de-obra desse segmento no último ano: "Y%". Quanto reajustou a eletricidade: tantos por cento. Bastaríamos entrar com esses reajustes desses indicadores nesta equação e nós teríamos um reajuste da nossa água automaticamente e justamente aplicado. Não precisaremos ficar aqui com parâmetros de CIAGUA que tem outra realidade, que tem outros motivos. Se vocês forem ver a CIAGUA, certo, ela tem R\$ 0,01 ou R\$ 0,02 com relação à SABESP. Será que isto tem algum motivo para ser aplicado somente no custo? É isso que nós precisamos ver. Então gente, a questão da água é essa, eu acho que nós precisamos tratar isso com mais propriedade. Proponho que tenhamos aqui dentro uma estrutura exclusiva da água, por que senão ficamos nessa colocação, um colega veio aqui e falou diminua o volume, você pode consumir o quanto você quiser, lógico, fica da consciência de cada um. Só fez uma mudança na estrutura tarifária de maneira que você ficasse escalonado aqui de 10 em 10 m³. É esse escalonamento que vai tornando mais caro a água, à medida que você consome mais. Ela tem dois motivos aqui no Brasil. Primeiro porque somos um país pobre, e os que consomem

mais, é um modelo social da época da ditadura, subsidiassem aqueles que têm menos recurso. Esse é um motivo de existir essa tabela aqui no Brasil. Nos outros países é o preço do m³ e boa. O outro motivo é o seguinte, como a água é um recurso escasso, você tem que "punir" aquele que consome mais. Certo? E força-lo a consumir menos, para ele pagar menos proporcionalmente ao m³. A outra questão que o colega falou da água, do ar na água, ela é um problema realmente. Existe esse problema, principalmente em locais altos, onde você tem um problema de que num determinado momento do dia falta água. Quando a água vem ela empurra o ar. O ar passa pelo hidrômetro, faz girar e mede, e cobra. Só que tem um detalhe também. Na hora que falta a água, se a sua caixa d'água não tiver totalmente cheia, você vai ter o refluxo desse ar, e com alguma matemática, eu falo isso por conhecimento, me desculpem, não vai fechar a equação. Você pode ter em alguns casos, onde o sujeito vai ser favorecido e em outros vai ser prejudicado. Não consegue fechar a conta. Saber se sua casa é um ponto justo ou injusto não dá para saber. E só tem um jeito de resolver este problema é com o fornecimento de água 24hs. Se você tiver resolvido este problema de ter o abastecimento de água 24hs por dia, você resolve esse problema, o problema do ferro e manganês, que é um problema de incrustações nas paredes das tubulações e que se desprendem quando você fornece a água. Então gente, eu peço para vocês, por favor que pressionem a atual administração, no bom sentido, cobrem da atual gestão, no bom sentido, o que até agora não foi feito na Porta do Sol, que é uma administração profissional da nossa água. Porque, se amanhã ou depois não tivermos água e tiver que vir a água de caminhão pipa, vocês vão ter saudades dessa tabela que a atual administração esta propondo. É isso que eu queria colocar em relação à água. Muito obrigado.

Sr. Jorge – Lote E2F. O Forti falou aqui sobre os gastos. Eu acho que a gente não pode pagar por isso. Eu acho que o Loteamento poderia investir em alguns equipamentos para se caçar esses "gatos" e punir realmente quem esta fazendo isso. E uma outra posição, eu sou morador aqui e venho ao clube bastante vezes por semana, e eu queria perguntar para o Forti o seguinte: Quem que paga a lavagem dos carros da segurança, dos caminhões, dos tratores? Diariamente, quando a gente vem aqui à noite, eles estão lavando. Se a gente que é morador não lava o carro que é para não gastar água, eu queria saber quem paga este desperdício. Obrigado.

Sr. Nelson – Z1A. Enquanto o Caricol estava falando, eu fiz uns pequenos cálculos aqui e a coisa é rápida e fácil. Pela forma colocada hoje de cobrança e depois a pretendida. Por 40m³, hoje, se pagaria R\$ 40,16. Pela forma proposta R\$ 59,00. Aumento de 34%. Por 70 m³ seria R\$ 74,86. Passaríamos então a R\$ 100,10. Aumento de 34%. Por 80m³ pela nova fórmula, inclusive em cima do que foi colocado pelo Dr. Fernando, que foi extraído uma faixa e acrescentado. Então passaria de R\$ 107,74 para R\$ 148,10. Isto representaria quase 40%. Tendo visto que isto vai mexer no bolso das pessoas, apesar de saber da necessidade, como o Caricol mesmo falou, se nós não tomarmos uma providência agora e ela vem sendo revista há muitos anos e sempre foi um problema, porque todas as gestões, todas, veja bem o que eu estou falando, fizeram tudo na base do achismo sem plano nenhum, nenhum. Se tiver alguém aqui presente, Conselheiro Vitalício, seja lá quem for, me diga que teve um plano feito por uma empresa, que me mostre aqui. Então nós sempre pagamos pelos erros dos outros. Tá a captação V, que nós temos que pagar agora. O Ministério Público nos obriga justamente, porque fizeram uma coisa errada. Achismo, sempre achismo e nós temos que pagar agora esse achismo. Então esta na hora da gente tomar uma providência e a sua sugestão é sempre bem-vinda. Tem que ter profissionalismo na área da água. Não pode haver entrada permanente de pessoas como é visto dentro do setor de água. Ela tem que ser proibida. Eu estive lá fazem quatro dias e tinham quatro pessoas pescando. Aquilo é lugar sério. Se alguém não tomar uma providência, alguém pode tomar uma atitude inadequada em prejuízo de todos nós, porque representa saúde. Então eu fiz aqui um cálculo rápido e faço uma sugestão, voltando a ter as cinco faixas. A faixa de 0 a 10 R\$ 10,00. A faixa de 11 a 20 R\$ 1,20 e não R\$ 1,30. A faixa de 21 a 40 de R\$ 1,95 para R\$ 1,60. A faixa de 41 a 60 a R\$ 1,90. E a faixa acima de R\$ 61,00 a R\$ 2,20. Isto daria um aumento de 22%. Seria uma média. Acrescento mais, Eu acho que nós temos que penalizar aquelas pessoas que gastam mais de 100m³, porque é um exagero. Quem mora aqui gasta no máximo 50 m³. Acima de 100m³ é exagero. São pessoas que não cuidam da piscina, esvaziam e enchem porque é muito mais fácil para eles, porque é mais barato. Isso já ocorreu aqui, já tiveram muitas denúncias disso. Outro fato que a gente tem que pensar muito sério é que existe um desperdício de 50% na água tratada. Esse é o ponto crucial, porque se nós não tivéssemos essa perda, nós estaríamos gastando menos. É só isso.

Sr. Paulo – Z3L. Sr. Presidente, só queria dizer para fluir melhor os trabalhos todos nós que temos tempo, que não se venha fazer defesa das críticas ou elogios à política da água, fazendo discurso de dez minutos. Ninguém tem tempo de ouvir discurso de dez minutos. Agradeço ao nobre e ilustre engenheiro que colocou bem o problema da água, mas se todo

mundo fizesse um discurso técnico sobre qual a melhor forma de captação de água, e qual a melhor tarifa que será cobrada para os proprietários, nós vamos ficar aqui o dia inteiro e não vai se resolver nada. Agora, o Sr. Nelson veio aqui e fez um cálculo. Na opinião dele, isso também é achismo Sr. Nelson. O Sr. não tem nem competência técnica, por isso é achismo, para dizer qual é a tarifa ideal de água aqui do Loteamento Porta do Sol. Então eu vou ser breve, olha eu acho que nesta discussão da água, haverá prós e contras e todos nós, com exceção daquele engenheiro, vai achar que é caro ou barato. Então vamos ser mais breve possível. Isto aqui não é discussão técnica para deliberar sobre se hoje é um centavo ou um centavo a menos. Eu acho não será o foro. Pode-se aprovar ou não aprovar, mas a melhor tarifa que deverá ser cobrada, terá que ser realizada em outro foro que não esta assembléia ordinária. Outra coisa, as críticas contra a água, são extremamente importantes porque mexem com o nosso bolso, é lógico. Eu também não quero pagar uma tarifa absurda, nem temos dinheiro suficiente para isso. Mas o que eu queria dizer é que as críticas que se fazem aqui contra excesso de cobrança, também deveriam ser colocadas há muitos anos atrás. Eu peguei aqui e observei bem sobre o quanto dinheiro saiu de nosso bolso, e eu sou da zona Z, onde até agora depois de trinta e poucos anos não se regularizou aqui, o nosso lote. Eu fui um dos pioneiros a adquirir, no entanto não tinha antes desta gestão, nem direito ao voto, e eu vim aqui, expressei minha indignação e nós votamos na eleição da atual diretoria. Portanto, indignação todos nós estamos indignados, não queremos cobrança de água, mas exigimos também transparência na gestão da coisa pública. É isto que eu tinha que dizer e estou sendo bem breve porque depois eu vou colocar outras questões. E eu tomei pouco tempo. Obrigado.

Sr. Neto – A partir do próximo item eu vou propor três minutos no máximo. Não vou fazê-lo agora porque outros já usaram deste item mais de três, seria até antidemocrático para aqueles que ainda não falaram.

Sr. Liberal – Pode cronometrar dois minutos no máximo. Só completando o assunto da água que a Dona Deisy falou, está se discutindo uma coisa que a nós não temos nem o custo. Qualquer empresa ou qualquer gestão que se faça, aumentos ou reduções se faz em cima de custos, de coisas reais e não simples comparativo com a SABESP e com CIAGUA, que há quinze dias atrás esta empresa, existia uma discussão na Prefeitura se ela continuaria fazendo a água de Mairinque. Eu quero só acrescentar um ponto importante, eu conheço um investidor que montou uma empresa de terceirização de água no Rio de Janeiro, e esta empresa de terceirização de água, ele já investiu cinco milhões na estação de tratamento. No entanto, as tarifas que ele cobra são menores do que esta sendo proposto. Primeiro. Segundo, ele tem logicamente um contrato de dez anos e até onde eu sei o contrato com este loteamento é vitalício. Ok, então é só isso que eu quero colocar, quer dizer, não pode ser feito achismos, conforme foi dito e nem pode ser feito comparativo com.., e aqui se nota claramente que a CIAGUA comparou com a tabela da SABESP. Então o que tem a ser feito como a Deisy falou, é custo e qual é o número que a gente tem que chegar. Então qualquer votação que se faça de aumento é algo achismo mesmo, porque nós não temos como chegar nestes custos. E mais um ponto, quando se fala de investimento em água nós estaríamos pagando duas vezes, porque você fala em aumento das taxas e ao mesmo tempo em baixo você pede mais dinheiro para a readequação da Captação V que é água também. Então você estaria pagando duas vezes os investimentos em água. OK?

Sr. - José Eduardo de Lima – Lote D1S. Bom dia, estou retornando ao convívio da assembléia depois de 15 anos, numa manifestação clara de apoio à gestão atual que está trazendo uma reformulação geral na forma de pensar e agir. Rapidamente, o Forti enfático como foi na defesa da cidadania e da dignidade, falou da importância da água. Ninguém precisa falar mais nada, que nós sabemos da importância da água e nós queremos ela. Outro aspecto é que o item apresentado, a gente vai para a assembléia e não lê os itens, né? Ta aqui, apresentação e deliberação sobre alteração da tarifa da água. É isto que esta em discussão. E o colega da área técnica foi perfeito principalmente para mim que não conheço e então eu acredito nele. Quero me basear no conceito dele e no profissionalismo para dizer que também em minha proposta como a dele, que este assunto seja tratado com profissionalismo para que seja continuado o processo de fornecimento de água para todos nós. Isto não tem nada a ver com o preço. Então eu casaria aqui duas posições. Se aqueles que estão na gestão sabem a necessidade dos custos, sabem a necessidade do reajuste, se eles tem obrigação de apresentar em assembléia futura a prestação de contas sobre o item água, tanto no seu gasto como no seu fornecimento, que a assembléia desse um voto de confiança e aprovasse o item água conforme está proposto. Porque cada um tem uma fórmula, cada um tem um preço, cada um tem um conceito. E que aprovando isto, que a Diretoria assumisse o compromisso de contratar um órgão competente, idôneo, para a gente identificar as nossas necessidades quanto à água. Muito obrigado.

Sr. Márcio – Eu me permito fazer duas observações. Primeiro lugar, realmente o ideal é que

nós tenhamos, e nós temos obrigação de fazer-lo, dotar a APAPS de uma infraestrutura ou contratar serviços de terceiros, o que custa também, para ter uma composição de custo como tem nas grandes empresas que operam este setor, como a SABESP, que não tem objetivo de lucro, porque é uma empresa governamental. E a SABESP cobra o suficiente para o custo da manutenção e também para os investimentos. Pois bem, é evidente que nós temos o custo da água, não eventualmente com o nível de detalhe que outras empresas têm, mas nós sabemos quanto é que custa a água que nós produzimos e que nós consumimos aqui. Quem tem que dar resposta de quanto é que custa a água, é o Presidente da Diretoria Executiva, a quem eu solicito e ato continuo venha a esta tribuna dar as devidas explicações aos que participam desta assembléia. Segundo lugar, a questão como não é simples. O Marcelo disse que foi conselheiro na gestão anterior, e foi, e que sempre reclamou que deveria haver um plano diretor para a água, que cobrisse vinte anos, e por uma incrível coincidência, embora não fosse conselheiro, eu estava presente numa das reuniões do conselho em que o Marcelo insistiu neste aspecto. E confirmo a informação dele, não lhe deram ouvidos. Esta administração tem que se empenhar por atender esta recomendação, embora venha de quem hoje não é conselheiro. Nós temos que fazer isto. Eu acho até que nós deveríamos aprovar aqui, como um adendo com relação ao problema do reajuste da água, e me permitam talvez, até uma provisoriedade para que dentro de alguns meses, na próxima assembléia geral, venha a demonstração minuciosa do custo se, as explicações quanto a custo de água, que forem apresentadas em seguida pelo presidente da Diretoria Executiva, não forem claras o suficiente para uma deliberação. O nosso compromisso e a última informação com a transparência de tal ordem, que eu como costume dar nome aos bois, como se dizia na minha terra, e peço que Mario Fontes me corrija se estiver errado, disse no final da reunião do Conselho, aliás, trouxe uma contribuição, um esclarecimento, que a questão do reajuste de água era competência do Conselho e que o Conselho decidindo não haveria sequer necessidade de trazer para deliberação da Assembléia Geral. Estou falando mentira ou não, Mario Fontes? O que ocorre, mesmo assim, atendendo e em face da observação do Conselheiro Mario Fontes, que nem precisaria trazer à Assembléia, mas não como um descaso da Assembléia pelo Mario Fontes, mas apenas para agilizar a cobertura de custos crescentes na produção, agradecemos a informação, mas mantivemos a decisão de trazer o assunto para a apreciação e deliberação desta assembléia. Porque no que me diz respeito, nós temos que dar satisfação a cada um dos senhores, de cada passo que seja relevante para o bolso de cada qual. E portanto, embora o Conselho tenha deliberado e aprovado o reajuste da tarifa, nós estamos aqui hoje para deliberar novamente, aprovando ou rejeitando, em face dos custos que forem apresentados. E a decisão, se vamos continuar ou não ter água na qualidade que temos, boa ou razoavelmente boa, com água para todo mundo ou não, ou se vamos retirar do caixa geral o dinheiro que for necessário para cobrir custos crescentes, esta é uma deliberação de todos nós. E seja qual for a decisão, a administração vai ter que continuar com mais dinheiro ou menos dinheiro. E nós todos vamos acompanhar se teremos dificuldades intransponíveis ou não. Mas como nós temos que ser objetivos, eu proponho que o Presidente da Diretoria Executiva venha a este microfone explicar o que for possível explicar a respeito das questões levantadas nesta assembléia. Quanto custa a água e como se chegou a existência desse custo. Se o que nós temos com arrecadação de água é inferior ao que custa e em que termos. É isso que tem que ser feito, preto no branco.

Sr. Neto – Obrigado Márcio. Eu só estava esperando finalizar as intervenções para que o Presidente pudesse responder, porque pode ser que venha outras questões, senão ficaria aí indo e vindo toda hora. Me permita terminar, tenho mais três discussões. O Renato, o Jurandir. Na fala do Renato eu encerro as inscrições. Perfeito, se alguém ainda quiser falar se inscreve na fala do Renato. Quando ele terminou não há mais inscrição, estaria fechado as inscrições aí.

Sr. Renato – São dois pontos básicos. Primeiro, o plano de contas do condomínio permite a segregação dos custos que nós temos com água. Esse é o primeiro ponto. Então o plano de contas permite a identificação clara de todos os custos com água. Segundo, Eu como representante do Conselho Fiscal participei a questão de uns dois ou três meses atrás de uma reunião de avaliação de uma empresa que estava propondo trabalho e serviços por nós solicitados para o desenvolvimento de um plano diretor, com alcance de vinte ou até quarenta anos, para o tratamento de água dentro do condomínio.

Sr. Jurandir –Lote J4G- Eu trabalho em São Paulo e vou e volto todo santo dia e, para mim, esta gestão está sendo um pouco gestão de faixa, porque tem faixa para tudo o que é lado. Eu fui ver aqui no balanço, falando de desperdício, no ano passado gastaram dois mil reais em Marketing, publicações três mil e duzentos reais. Esse ano de 2004 foi vinte e dois mil e quinhentos. Será que a gente precisa tanta propaganda assim? Não sei não.

Sr.- Eliel Fernandes – G5K. Com relação à conscientização da utilização de água, este é um plano mundial, nacional, acho que todos aqui somos pessoas com cultura suficiente para

saber como que devemos ou não consumir nossa água. Eu entendo o seguinte, que vinte e oito mil reais para a Auditoria, nós poderíamos jogar esses vinte e oito mil num plano jurídico para que trabalhasse a inadimplência, corroborando o que o Jurandir falou, para que nós pegássemos esse dinheiro e usássemos de fato em alguma coisa que nos fosse útil. Um Condomínio com quatro milhões de inadimplência, nós estamos discutindo aqui percentuais de aumento de água e eu percebi que a água serve como um alibi para conseguir arrecadar mais receita para o condomínio, que é necessidade. Se nós trabalharmos, transferirmos essas receitas de auditoria, e outras, que aí nós precisaríamos fazer um estudo mais adequado, para o trabalho de recuperação dos quatro milhões de inadimplência, nós não estaríamos discutindo talvez neste momento o aumento de água aqui. É isso.

Sr. Neto – Forti, enquanto você se prepara, eu gostaria de dizer aos dois últimos oradores que a inversão da pauta não deu condições dele de observar o seguinte. No demonstrativo que está em suas mãos, a inadimplência em 2003 foi 22%. Em 2004 caiu para 15%. Há já um trabalho feito pela administração também no tocante a inadimplência, e é bom saber que essas coisas demandam juridicamente as colocações. Só aí, num trabalho específico desta administração, reduziu em 7% a inadimplência.

Sr. Forti – Bom, respondendo à companheira que perguntou os custos. A média do nosso custo de manutenção do sistema de água é R\$ 55.000,00/mês. A média de recebimento nosso é de R\$ 35.000,00/mês. A diferença sai, é bancada pela estrutura de manutenção. Com relação ao programa de manutenção levantado pelo Marcelo, na assembléia anterior, e na proposta de nosso plano diretor, constava a constituição de especialistas de empresas para se discutir o plano de água, que usei a palavra na época, decenal, mínimo 10 anos. A fala do Renato lembrou exatamente isso. O Conselho deliberou, montou uma comissão. Várias empresas estiveram aqui e foi constituída uma empresa. O contrato foi assinado? Ainda não. Porque? Por falta de recursos. Nós seguramos o limite, o que a gente podia para assinar. No ponto seguinte da nossa pauta, aonde entra Plano Diretor – verba extra, tem um item específico que é: constituição do plano de água, ou seja, a Empresa tem que ser contratada para apresentar uma proposta para a gente alterar uma série de coisas. Ta colocado exatamente passo a passo. O Custo dos R\$ 55.000,00 envolve exatamente todas essas questões que foram colocadas, energia elétrica, lembrando antes, a partir desta gestão Valorização, as estruturas foram “departamentalizadas”. O sistema de água existe um departamento específico, de equipamentos, de funcionários específicos para ela, de estrutura gerencial, de tratamento. Evidente que no plano Diretor, Marcelo, quando eu coloquei lá vinte e poucos mil reais, aquilo é só para adequação da estrutura física. Tá certo? Só para a adequação da estrutura física da própria ETA, para melhorar aquilo que está colocado. Vim na assembléia anterior aqui e defendi o seguinte: não sou especialista na área, nós temos que trabalhar com profissionalismo e foi isto que a gente fez. A gente só esta esperando avançar. Sobrevivendo a nossa estrutura hoje, o depoimento aqui, esta gestão não tem mais a prática nem a política de se desligar a água nas sextas-feiras. Então a discussão de água, por mais que ela possa existir na nossa memória, o que eu posso dizer a vocês é: só se fecha água tentando-se setorizar em função de falha da rede. E quando, por acaso, quem mora aqui, ou o caseiro que está aqui, se ligar no dia, desse ou aquele outro evento que possa acontecer, a administração esta trabalhando de uma forma setorizada, que vai ficar “X” horas sem água naquele setor. Não se desliga mais água aqui. O único mês no qual nos trabalhamos com problema de água foi Outubro de 2004, aonde a gente saiu com a questão do racionamento em função da falta de água no sistema de captação e o nosso déficit de armazenamento. Então o nosso “delta” hoje, com todos os números que nós podemos colocar, entre salários, energia elétrica, sistema de comunicação, análise de água, serviços técnicos de reparos em equipamentos, manutenção de equipamentos, combustível, depreciação, impostos e taxas e produtos químicos, a média é R\$ 55.000,00/mês e o recebimento é R\$ 35.000,00, R\$ 34.000,00, R\$ 36.000,00. Esta é nossa realidade. Esse é o “delta” da questão de atualização. Segunda questão a ser lembrada. Na minha fala inicial eu coloquei 2002, 2003, 2004. São exatamente três anos e meio que não se tem uma avaliação em cima disso. Essa é a realidade que nos coloca nesse “delta”. Se a questão era comparar com A, B, C e D, esta foi uma forma técnica, que a gente tentou demonstrar a necessidade de se buscar o equilíbrio. Outra questão aprovada no Conselho, que eu não mencionei. A partir deste momento, ou seja, a partir desta discussão, o Conselho deliberou que as contas “água” vão para uma situação em separado a ser publicada mensalmente no nosso jornal. Outra questão que o Conselho também deliberou, na discussão passada, foi que a conta “água” vai em separado numa conta diferente da manutenção do Residencial. Ou seja, a gente vem dando passos positivos, naquilo que a gente chama de democracia, de transparência. Evidente que, o companheiro Márcio Camarosano falou, e o companheiro Mario Fontes colocou. A demonstração deste embate aqui é exatamente a transparência e a democracia. Seria muito pior se a gente tivesse adotado a pratica de implementar e esperar a chiadeira. Então

estamos colocando aqui. E nós estamos abertos a uma discussão. A proposta nossa colocada é esta. A proposta apresentada por outros companheiros entra em equilíbrio. Agora, o que é importante é que a gente tem que sair daqui com uma posição de fazer equilíbrio em cima de nossas contas. Essa é a nossa realidade, de uma forma geral não sei se respondi a todos os pontos, em relação ao plano de água, que foi amplamente discutido na assembléia passada, a questão do custo real hoje, na média R\$ 55.000,00, por recebimento R\$ 35.00,00. A forma ostensiva de combater aquilo que a gente chama de "gato", isso a gente está fazendo. A questão do ar, só se há interrupção na rede em função de falha, e aí a gente tenta setorizar. E principalmente, a preocupação nossa, as quintas, sextas, sábados e domingos é de mudar todo o sistema setorizando, para que a gente não tenha mais as famosas falta de água em A, B, C, ou D, nas regiões do Residencial. Essa é a nossa realidade. Agora, qualquer outro avanço técnico se dá em função do que será apresentado à comunidade através da estrutura profissional. A lavagem dos carros é água da manutenção, porque eu não consigo mandar lavar carro lá para fora. Tanto carros da segurança quanto dos equipamentos. Então a gente instituiu lá, isso é uma coisa que já existia, e nós instituímos, a gente faz a manutenção dos carros da segurança, dos carros da administração, dos caminhões e máquinas, tanto lavagem, lubrificação, aqui na manutenção. Isso faz parte do custo de manutenção. A água é medida em relação ao clube, à manutenção, a essas áreas todas. Todo dia se limpa os carros, todo dia se lava os carros. Tá certo? O nosso veículo da segurança roda, as motos, e todos os dias se faz manutenção para conservação.

Sr. Neto – Perfeito. Debates amplamente. Nós temos agora duas questões aqui. É, estamos com duas propostas aqui. Uma sugestão colocada pelo Sr. Nelson de manutenção, manter o mesmo espírito das faixas, não alterando, padronizando como tentou a proposta da administração, padronizando com as demais companhias para que você tenha até uma forma equilibrada de acompanhar, mantendo todas as faixas, com esse propósito de aumento. Então vamos votar duas vezes. A primeira é se mantemos ou alteramos a estrutura de faixas. Aqueles que são favoráveis à manutenção da proposta da diretoria vão votar com o cartão verde. Márcio solicitou questão de ordem.

Sr. Márcio – Questão de ordem inclusive em razão das outras manifestações. É evidente que todos aqui temos responsabilidade pelos nossos atos. Votar pela aprovação de um reajuste ou não é um direito e um dever nosso. Então me parece que uma possibilidade seria a seguinte: nós temos que num dado momento assumir responsabilidades, pode ser colocado um primeiro quesito, pelo reajuste ou não da água. Em seguida, se se entender, com responsabilidade, que algum reajuste é imperioso fazer, colocar em votação a proposta da Diretoria ou a proposta do Sr. Nelson. Se há uma coisa que não me incomoda, porque nós somos administradores do que é nosso, é colocar em dúvida a responsabilidade dos que aqui estão. Se não houver reajuste algum da água, não obstante estar comprovada a defasagem entre o custo e a receita, nós vamos ter que encontrar uma maneira de tentar manter o nível de fornecimento, sem os recursos necessários. A decisão é nossa e, portanto eu proponho que primeiro se vote se é factível algum reajuste ou não. Se a assembléia disser que não tem reajuste nenhum, assumiu-se nesta assembléia a responsabilidade pelo que pode acontecer daí para frente. Nós todos aqui somos iguais.

Sr. Liberal – Nós não podemos, cada um que vem aqui, que seja da Diretoria ou não, até mesmo porque eu e o Forti fomos conselheiros da administração anterior, ou outras pessoas que aqui estão, então estamos todos no mesmo barco, é vir aqui e defender a idéia, olha eu queria dizer que se não aumentar pode acontecer isso ou pode acontecer aquilo. Então tem que ter sempre alguém favorável ao aumento falar e alguém que é contra também ter a chance de falar. Então é só isso que eu quero dizer, ou seja, não podemos aqui, olha que se não acontecer isso vai acontecer aquilo. Então tem que ter sempre quem é favorável ao aumento ou não, sendo da Diretoria, ou Conselho ou coisa desse tipo.

Sr. Neto – Atendendo aí a questão de ordem do Márcio, vamos colocar em votação então se há a alteração da tarifa de água ou não. Perfeito? Se aprovamos a alteração da tarifa de água ou não. Então aquele que são favoráveis à alteração da tarifa de água, por favor, utilize o cartão verde. Os que são contrários à alteração da tarifa levante o seu cartão vermelho.

Quarenta e sete (47) a quarenta e três (43) para o verde. Aprovada a alteração da tarifa de água no condomínio Porta do Sol. Segunda votação, agora nós temos duas alternativas. Uma delas é a proposta pelo Nelson, que faz a seguinte proposta: mantém as faixas atuais hoje existentes e as novas tarifas passarão a ser de 0 a 10 R\$ 10,00, de 11 a 20 R\$ 1,20, de 21 a 40 R\$ 1,60, de 41 a 60 R\$ 1,90 e maior que 61 R\$ 2,20. E a proposta da Diretoria é a manutenção de uma estrutura de faixas equivalente às demais companhias, de 0 a 10 R\$ 10,25, de 11 a 20 R\$ 1,30, de 21 a 50 R\$ 1,95 e acima de 50 R\$ 2,40. Quem vota com a proposta da Diretoria da APAPS vota com o cartão verde. Quem vota com a proposta do Sr. Nelson vota com o cartão vermelho. Podemos começar a votar. Aprovado os reajustes com base na proposta que o Nelson fez, aprovando assim os reajustes de 0 a 10 R\$ 10,00, de 11

a 20 R\$ 1,20, de 21 a 40 R\$ 1,60, de 41 a 60 R\$ 1,90 e maior que 61 R\$ 2,20. Próximo item, item 5: discussão e deliberação sobre verbas extras para implementação do Plano Diretor para o atendimento da decisão judicial da Promotoria do Meio Ambiente relativa à Captação V e a Hípica e para a execução do Plano de Água e reservatório para abastecimento da Portaria II. quem faz a exposição é o Forti. Item 5 Captação V e Hípica – verba extra.

Sr. Forti- A questão da água e esse reajuste entra em vigor a partir de 01 de julho, ou seja, a leitura atual deste mês é a situação antiga, a próxima para que as pessoas se adaptem ao consumo. Como sobrou para mim só falar as coisas ruins e duras, mas a gente precisa levar à frente, na assembléia passada quando a gente veio aqui e fez a proposta de um Plano Diretor que Eu acho que é um Plano Diretor arrojado, e defendi aqui que não pode ser um Plano Diretor de um ano, de seis meses ou de dois anos, em função dessa gestão ou da gestão daquela ou aquela outra, defendi aqui uma posição que deveria ser um Plano Diretor que as pessoas deveriam guardá-lo e esta assembléia, ou seja, que é soberana, a vontade da Diretoria Executiva e é até soberana a própria posição do Conselho, deveria assumir o Plano Diretor como uma proposta de futuro, ou seja, aquilo que a gente conseguisse ao longo de um ano ou dois anos realizar, que a Assembléia cobrasse das gestões futuras, que vierem aqui a tomar conta do Residencial, o compromisso de levar a frente algumas coisas importantes que vão acontecendo. Não adotando aquela política de que saiu a Valorização ou saiu aquela outra se interrompa e faça alguma coisa. Então nesse sentido, a coisa mais importante que foi colocada naquela assembléia anterior do Plano Diretor, evidente que foi a questão água e foi debatido amplamente aqui. Companheiro Fábio inclusive no dia da assembléia, a gente fez uma série de discussões de questionamentos, e Eu utilizei com ele o argumento o seguinte: Eu não era da área e ia buscar especialização para fazer. E esse compromisso continua. Nós demos encaminhamento no Conselho numa série de situações, travou na questão financeira, e na questão financeira, muitos dos senhores podem me colocar o seguinte: tem o dinheiro porque não utiliza o dinheiro? A gente assumiu uma gestão, só um preambuluzinho curto, a gente assumiu uma gestão onde ficou o resultado final de quase um milhão de dívidas para serem pagas, ou seja, efetivamente contratos assinados de quase R\$ 600.000,00 e que a gestão Valorização, através da minha pessoa na executiva, fez questão de honrar esses compromissos, custos esses que foram extraídos do nosso dia a dia de manutenção. Ao longo desse praticamente doze meses que a gente começou efetivamente a realizar obras, todo mundo que está no dia aqui, principalmente os companheiros que moram no residencial, igual eu moro, percebe que a gente tem dado um ar diferente nessa situação. A questão do trato de manutenção de ruas, a questão das águas, a questão de conduzir água de chuva, de canalização, essa coisa toda. A partir daí, ao longo desses doze meses, nós tivemos um embate em relação à questão ambiental, situação relativa à captação V e situação relativa à Hípica. Foi o grande embate que nós tivemos em relação aos problemas aqui dentro da Porta do Sol. Nesse sentido, nós trabalhamos durante seis meses para conseguir resolver essa questão ambiental entre nós Porta do Sol, Ministério Público e o próprio DPRN. Lá no meio do ano, lá atrás, o que a gente encontrou junto ao Ministério Público de Mairinque era uma posição parecida o seguinte: Nós não queremos ouvir de Porta do Sol. Nós não queremos falar com Porta do Sol. E nós tivemos que fazer um trabalho de buscar, de mostrar que nós tínhamos uma visão diferente. Que a gente não queria fazer agressão ao ambiente, que a gente queria buscar saídas e soluções para corrigir erros anteriores que perduravam aqui um ano, dois anos, dez anos, doze anos. A questão da Hípica é uma situação fundamental que trazia a Porta do Sol numa situação de crise constante junto ao Ministério Público e ao DPRN, e no último evento de 2004, final de 2003/2004, nós tivemos o evento da captação V, que era uma coisa importante para nós que era a água. Isso tudo constou do nosso Plano Diretor e no final de dezembro de 2004, conforme nós publicamos no Jornal e conforme foi discutido amplamente no Conselho, nós conseguimos um acordo entre Porta do Sol, que é assinado por mim, com o Ministério Público e com o DPRN, num compromisso de regularizar as situações relativas à Hípica. A questão do saneamento, a questão da água e a questão da situação que estava denunciada e colocada. E temos um prazo de doze meses a concluir esses trabalhos. Isso foi divulgado amplamente, todo o pessoal aqui envolvido sabe disso, e nós temos que buscar isso. Ao término de doze meses passa a contar multa diária contra nós, então nós temos que regularizar isso. Com relação à Captação V, foi verificado em relação à placa colocada lá e o processo que foi divulgado em nosso jornal, que nós tínhamos um prazo de 180 dias a serem realizados. O que que era? Recuperação do chamado crime ambiental, a limpeza, a recuperação, a reconstituição daquela área. O que fizemos nós? Entramos com um projeto junto ao DPRN que no processo da limpeza, no processo da reconstituição do dano ambiental, a gente automaticamente já constitui a própria Captação V. Nós éramos para ter iniciado os trabalhos em 15 de janeiro, por motivos de chuva de janeiro e fevereiro houve um atraso real disso, e os 180 dias passaram rápido. Nosso prazo termina em 15 de junho e se houver necessidade a

gente vai conseguir alguma coisa a mais. Mas todo mundo que nesses últimos 20 dias ou mais, entrou pela Portaria I viu o trabalho que a gente está fazendo nesse sentido para sanear o crime ambiental e a partir daí a situação Captação V e da situação Hípica, principalmente, a gente retirar e trabalhar a retirada do embargo que hoje existe, de uma forma geral sobre a Porta do Sol, Caricol é especialista nisso e sabe disso, que é o embargo sobre os lagos, sobre as captações de uma forma geral. Ao longo desse processo, todo mundo que tem freqüentado o Clube ultimamente viu que a gente está com o lago seco aqui e que durante as chuvas de janeiro e fevereiro houve o rompimento do monjo aqui entre o lago de cima e o lago do clube. Nós tivemos o problema da ponte, inclusive para poder fazer a execução desse serviço, nós tivemos que ter autorização do DPRN para poder executar esse tipo de coisa. Então indo para a conclusão, para chegar aqui hoje e falar para vocês que nós temos que terminar compromissos que são de ordem judicial, de ordem legal, que é principalmente a questão da Captação V e Hípica e principalmente, resgatando a minha fala na situação anterior, a questão da água. É por isso que de uma proposta de um Plano Diretor de mais de três milhões, que não poderia ser executado no ano de 2004, 2005 e 2006, mas que tem que ter um compromisso lá na frente, e nós vamos fazer esse compromisso, nós estamos trazendo aqui aquilo que minimamente a gente já conversou com a estrutura profissional. Não é? Porque? Porque eu acho que a Porta do Sol, em razões até de informações técnicas colocadas aqui, a situação geográfica, não permite mais esse tipo de coisa que está colocado. Por exemplo, na última reunião do Conselho foi me perguntado se com a realização da Captação V, nós iríamos bombear água lá da Captação V até a ETA, e eu disse ao Conselho que isso não me passava pela cabeça fazer um processo de bombeamento em três ou quatro estágios, para poder trazer água até a captação. Está colocado aqui, nós estamos entrando com um projeto junto ao DPRN para promover o enchimento, ou seja, para que o DPRN nos autorize a promover o enchimento, para que a gente possa constituir uma ETA compacta, não sei se é a forma técnica, mas esta é a proposta política, essa é a proposta de encaminhamento. A ETA compacta onde a gente possa fazer a captação, o tratamento de água e dentro do contexto do projeto, fazer a setorização da região III e I, assim como a gente quer fazer a setorização da região da Portaria II e a área central. Até com a proposta técnica, para que a gente definitivamente saia das discussões, que eu inclusive também já participei, do ar, da ventosa, do relevo, de uma série de coisa. Então a idéia e a vontade que nós estamos tendo nesse sentido é, daqui para frente, a gente construir passos firmes no sentido de acabar com esse tipo de coisa aqui, para chegar num dia determinado, na próxima assembléia, ou numa assembléia do ano que vem, que quer que esteja aqui colocado para falar com vocês, está certo? Que nunca mais a gente tenha essa discussão, eu tinha o ar na rede, eu tinha isso, eu tinha aquilo, faltou água. Essa é a nossa realidade. E aí nós fizemos uma série de contas, e dentro do Plano Diretor aprovado, a gente usou de todas as formas possíveis o nosso dinheiro do dia a dia para realizar aquilo que foi possível de ser realizado, a gente buscou parceria em relação a buscar dinheiro no banco para fazer algumas coisas em relação, por exemplo, o caminhão bombeiro, que era uma coisa que naquele momento era imediata para a gente, mas chega uma hora que eu não tenho o suporte mais, para tentar ousar numa coisa nova e cumprir decisões. E aí a gente tirou exatamente três coisas, como principal que são vitais para o compromisso nosso, Porta do Sol e não do Forti, mas Porta do Sol em relação à legalidade. É a situação da área da Portaria II com a realização, dentro de um projeto, a efetiva estruturação de água na região da Portaria II, a questão da readequação da Captação V, a compensação ambiental dessa área que deverá ser realizada agora a partir do término dos trabalhos da engenharia, a questão do terreno da Dona Jurema, já discutida em assembléias passadas e aprovado, e efetivamente fazer a retirada dela para que a gente possa avançar no enchimento, conforme decisão da assembléia anterior, a reativação da Captação I e IV, num processo de estudos para ver se a gente consegue compensar água dali, que é aquela área logo do lado da ETA ali, aquisição da ETA compacta para essa coisa da Portaria I, a questão da Hípica que são os quatro ou cinco itens colocados, que são cruciais no nosso compromisso junto ao Ministério Público e ao DPRN, e que agora em Agosto eles vem fazer inspeção para ver se a gente já começou fazer a divisória dos trinta metros em relação ao leito que está colocado lá, e é por isso que nós temos que tentar avançar minimamente. A construção da área de lavagem, a construção de depósito, a colocação de calhas para retirar a água da hípica do nosso lago, lá do riacho. A construção das calhas coletoras de água das baías e a situação de construção de novas fossas para retirada da próxima do lado que está colocado. Este valor aqui é R\$ 450.078,00, dá um total de R\$ 528.000,00. Nós fizemos uma conta honesta, e aí eu sou um cara que não deixo de enfrentar a discussão. Se eu fosse fazer essa conta aqui, quem tem máquina de calcular pode me ajudar. R\$ 528.000,00 dividido por 1.700 Condôminos cadastrados, o número seria muito menor do que está proposto aqui. Mas eu tenho que fazer esta conta, e aí tem uma outra situação que eu quero, até num determinado momento perguntar, porque eu sou

adepto que a Assembléia é soberana, e meu Presidente defende isso a toda a conversa que eu tenho com ele e em toda a reunião do Conselho. Nós temos que fazer esta conta em cima daqueles que são efetivamente meus parceiros efetivos. Hoje a nossa realidade são 1.300 pagantes reais. Quando a gente no Conselho aprovou a questão do Seguro Residencial, que a Diretoria conseguiu através da Porto Seguro, esse Seguro Residencial ele está colocado na Apólice Geral que nós temos, e aquela Apólice que está sendo enviada para todo mundo, um ou outro talvez não recebeu por falha de endereço, por falha do CPF, alguma coisa, mas na Apólice Geral que esta listada, a gente paga mensalmente, nós estamos beneficiando exatamente esses 1.300 parceiros que a gente tem trazido para dentro da estrutura da Administração. Então nesse sentido, a conta vai exatamente na linha o seguinte: nós temos compromissos a terminar, prazos a serem cumpridos, e o número que nós fizemos foi exatamente R\$528.000,00 por 1.300 que dá dez parcelas de R\$ 38,40, a serem cobrados a partir do próximo boleto. E aí, o Forti, você esta fazendo coisas sem perguntar para a gente? Não, eu tenho que cumprir um prazo. Tanto é que a própria captação V, dentro da realidade do prazo e sem ter o espaço legal da assembléia, nós estamos fazendo uma situação chamada "no peito". Nós não temos o dinheiro para fazer, mas a gente fez a cotação de preço, diminuiu o preço, fez a melhor forma possível, e a forma de pagar, tanto o trabalho técnico, quanto a mão de obra, essa coisa toda, está colocada num contrato ao longo de dez meses. Essa é a nossa realidade. No Conselho foi aprovada essa questão do Plano Diretor, no Conselho foi aprovado por unanimidade. Essa foi uma questão que não houve divergência no Conselho, se eu não estiver equivocado. Foi aprovado por unanimidade com uma discussão ampla com todos os companheiros que estavam lá presentes. E foi aprovado também uma forma diferente de ter esse dinheiro, com a posição aprovada que isso aqui chama-se "dinheiro carimbado", ou seja, vai receber através do boleto, mas especificamente esse dinheiro vai ser separado numa conta do Banco Real, e só sai de lá com comprovação do efetivo pagamento com relação a essas questões do Plano Diretor, e a cada sessenta dias ou noventa dias, vai ter uma demonstração extraordinária desse tipo de coisa. Acho que essa é uma forma nova de tentar se administrar, é uma forma nova avançada, e com toda a experiência que eu possa ter e com toda a honestidade que eu estou colocando para vocês aqui, é uma forma transparente no qual isso aqui não pode ser feito só porque eu quero, isso aqui é uma decisão política de assembléias anteriores, nós temos que nos responsabilizar e nós temos que avançar. A Captação V, para eu finalizar, não é só uma questão de compensação de crime ambiental, não é só essa posição nossa. A Captação V para nós é vital porque é a última área que nós temos de coleta de água de superfície. Isso para nós é importante. E quem passou por lá esses dias e quem teve curiosidade de parar, não só aquilo que esta sendo realizado ali em volta do charco da contenção da estrada, mas principalmente ao outro lado da estrada, que também tem uma nascente que chega, então nós temos duas fontes de água, uma que vem aí do lado da Dona Jurema e outra que vem de cá, e que nós estamos trabalhando para que ela possa ser aproveitada, água pura que inclusive esses dias a gente estava lá e a gente foi testar e beber dela. Então essa, tem que ficar claro para vocês o seguinte: é o mínimo que nós temos que cumprir e é em função de situações claras em relação a água, em relação a decisões judiciais, em relação a gente cumprir prazo. A idéia é essa, efetivamente eu sou um cara que digo que a Assembléia é soberana e nesse sentido a gente trouxe para discussão e deliberação dessa situação que é importante para a gente. Qualquer coisa estou aqui para esclarecer.

Sr. José Eduardo – Obrigado, gente eu não sou arroz de festa, não vou ocupar muito tempo. Forti, você me desculpe, esse assunto não merece discussão no tocante a decisão judicial. Decisão judicial tem que ser cumprida. Então nós não votamos se vamos ter que pagar para atender decisão judicial. Então para mim esse ponto está liquidado, o que se vota é justamente a discussão sobre os outros itens que não estão na decisão judicial. E se tem alguma explicação a fazer que se faça ou se encerre sem votação porque é obrigação legal.

Sr. Nelson Roberto – Bom dia a todos. Meu nome é Nelson e eu sou morador do G9E e eu queria fazer só uma crítica construtiva para alguns moradores aqui. Quando eles estão fazendo a manutenção eles interrompem a avenida e na interrupção não tem nenhuma sinalização, e eu vou todo dia trabalhar e o pessoal se perde dentro do condomínio porque não tem nenhuma sinalização para chegar na Portaria I.

Sr. Edson – H2E. Quando foi discutida essa questão no Conselho eu só deixei registrado lá, que eu lamentava que tudo fosse feito, necessariamente agora a toque de caixa, porque o que esta acontecendo foi fruto de denúncias de quem hoje esta na nossa administração. Foi a antiga chapa Valorização que foi quem fez a denúncia do suposto dano ambiental. Denúncia essa que eu mesmo à ocasião ainda consegui apresentar a defesa e foi derrubado parte do embargo que havia. E na questão da Hípica também, foi uma questão de denúncia de uma ONG que existe aqui dentro. Quer dizer então o que eu lamento que a Hípica, por exemplo, tem trinta anos, desde o começo ela está aqui. Só que, poder-se-ia fazer a coisa mais

devagar. Porque? Porque nós temos outras prioridades. Quer dizer, se as pessoas aí estão com a preocupação ambiental, elas deveriam sim colocar isso no Plano Diretor e simplesmente colocar em prática, porque eu sempre penso o seguinte: que o que fizeram foi um grande tiro no pé. Porque se nós, por exemplo, vamos imaginar quem aqui é pai, tem um filho e descobre que esse filho é drogado, você vai pedir ajuda da polícia para resolver o problema do teu filho? Foi o que fizeram aqui. Quer dizer, ao invés de tentarmos resolver a coisa interinamente, foram divulgar para fora para os órgãos que, em tese, cuidam desse dano ambiental. Agora uma coisa que está acontecendo também é a indução a erro. Porque o que que acontece? Foi formado um acordo com o Ministério Público para recuperação do dano ambiental. Normalmente isso aí consiste em plantação de árvores em determinados locais do condomínio. Eu mesmo cheguei a fazer esse tipo de acordo quando estava na presidência. Então querer dizer que a Captação V está sendo feito por ordem judicial, não é exatamente verdade. Tá? E muito menos o que vai ter que ser feito na Hípica. Já que houve a denúncia, o que deve ter sido combinado com o Ministério Público, no caso da Hípica, é retirar aqueles imóveis que estão próximos ao riacho. Então consiste basicamente em demolição e não em construção. E no caso da Captação V, é basicamente plantio de árvores em alguns locais. Quer dizer, então está existindo uma indução a erro aí, no sentido de que toda a obra deverá ser feita por ordem judicial. Não é verdade.

Sr. Liberal – Sobre a questão desse aumento de 38.4 eu queria só lembrar, que muitos talvez não estivessem aqui, nós tínhamos uma contribuição provisória anteriormente e quando essa administração entrou, foi votada aqui e foi incluído R\$ 32,00 que estava se encerrando naquele mês. Então foi dado um crédito de confiança e incluído esses R\$ 32,00, que era provisório e iria acabar naquele mês e se achou justo e se manteve os R\$ 32,00 para se cumprir o Plano. Então se vocês computarem que já colocou os R\$ 32,00 lá de trás e agora nós estamos falando 38,4% o que representa um aumento no condomínio bastante grande e todos já devem ter feito a conta aí. E quando se diz aqui, como o José Eduardo falou, não tem que se cumprir a decisão judicial, que o Edson falou que não, não se discuti mas os valores R\$ 450.000,00 e R\$ 78.000,00, quer dizer são valores muito elevados. Então o que tem que ser colocado é: primeiro já foi feito um aumento no condomínio, quando se pegou uma contribuição que era provisória de R\$ 32,00 e se colocou como definitiva. Então teve esse aumento e agora esta se propondo R\$ 38,00 e mais ainda o IGPM, quer dizer, todos aqui sabem que quem trabalha aqui teve aumento salarial nem perto disso, então o que tem que se fazer é uma boa gestão do dinheiro que aí está, como por exemplo, a compra de um carro de bombeiro por cento e tantos mil reais.

Sr. Márcio – D2Q. Sempre repetimos que a Assembléia é soberana. Mas para que a soberania possa ser exercida, ela tem que levar em consideração rigorosamente a verdade dos fatos. É sempre presente a questão “quem tem medo da verdade”. Os que me conhecem sabem que eu dou nome aos bois. Presido o Conselho Deliberativo da APAPS. Nosso mandato termina no começo do ano que vem. O Dr. Edson, advogado, ex-presidente da Diretoria Executiva da gestão anterior, esteve há poucos instantes dando algumas informações com relação às quais tenho as seguintes retificações e confirmações a fazer: Nós temos aqui uma certa cultura de que nada pode ser levado para fora e a maneira de eu pensar é completamente diferente. Eu acho que todas as questões nós devemos resolver aqui dentro, mas quando há um problema de cumprir ou não a lei, de cometer ou não infração penal, quando se esgotam os canais de comunicação interna, é direito de cada cidadão ir às autoridades constituídas solicitar providências. Na Captação V, os que passam por lá, devem estar vendo que provavelmente nós estamos tendo, nós Condomínio, uma despesa significativa para retirar caminhões e caminhões de terra, procurando colocar de novo e vai haver uma urbanização, no morro que foi cortado. Quando se realizava as obras na gestão anterior da Captação V, suponhamos que o que estava sendo levado a efeito era aquilo que era postulado inclusive por integrantes de administrações anteriores, conselheiro vitalício como Mário Fontes, por quem tenho grande consideração. A última fonte de água potável de superfície para a Porta do Sol. Passava por lá e via as obras sendo realizadas e coordenava um grupo informal denominado GAPS, Grupo de Apoio à Porta do Sol, que em todas as gestões manteve contato com a Diretoria fazendo ponderações, fazendo sugestões e é preciso reconhecer que o Presidente, o Ex-presidente da Diretoria Executiva sempre recebeu o GAPS, o Grupo de Apoio à Porta do Sol, e colocou documentos inclusive para que examinássemos. No que diz respeito à Captação V, quando vimos que se jogava terra dentro do charco, começamos a desconfiar que alguma coisa de errado havia, e fomos atrás. Consoante confessado na última reunião do Conselho, não se tratava apenas de fazer a Captação V, mas aterrar parte da Captação V para mudar o curso da Av. do Sol, sob o argumento de que a Av. do Sol, naquela curva, passava em terreno de propriedade particular. Coisa supostamente de uma via pública sem o conhecimento da Prefeitura Municipal de Mairinque. Não deu outra. Não havia licença do DPRN para aquilo que estava sendo feito e também não havia licença da Prefeitura, que sequer ignorava o que

estava sendo feito no local. Tentamos por todas as formas demover o intuito de levar avante aquele dano ambiental. Como não havia outra saída, eu Márcio Camarosano fui ao Gabinete do Secretário Estadual do Meio Ambiente levando fotografias de tudo o que estava ocorrendo. Encaminhei representação ao Ministério Público, encaminhei representação à Prefeitura, encaminhamos representação à Câmara Municipal, ao Departamento de Recursos Naturais, ao DPRN, e encaminhei representação ao CREA, porque o engenheiro responsável pela obra estava levando a efeito uma degradação ambiental, supostamente por autorização do DPRN, e foi a obra embargada por determinação do Gabinete do Secretário Estadual do Meio Ambiente e por determinação da Prefeitura Municipal de Mairinque. Foi lavrado uma multa com relação à APAPS, praticamente simbólica de R\$ 500,00 ou R\$ 700,00. Muito bem, o que é que foi posto inclusive em campanha nas últimas eleições: recuperação da Captação V. E ainda disse outro dia em reunião do Conselho, não se pode, a não ser com relação à água, aplicar um centavo enquanto nós não tivermos capacidade de investimento, a não ser na recuperação da Captação V. Foi feito o Termo de Ajustamento de Conduta, estamos gastando o que não precisaríamos gastar se não se tivesse ilegalmente, e afirmo aqui, isto por responsabilidade pessoal, advogado que sou, sei das minhas responsabilidades, e estava sendo feita ilegalmente uma tentativa de alteração de via pública, para devolver ao suposto proprietário do antigo leito, de há mais de 20 ou 30 anos, um terreno que supostamente lhe pertencia. Quem era esse proprietário? Segundo consta, parece que mais de um, o ex-vereador Oliveira, que sempre disse que aqui dentro mandava e desmandava. A Administração anterior estava alterando o leito de uma via pública para resolver problema de ordem particular, que deveria ser cuidado pelo proprietário, junto à Prefeitura, pleiteando indenização, se tivesse sido, digamos, surpreendido ou visto diminuir o seu patrimônio particular. Portanto, o que houve antes na Captação V, foi dano ambiental comprovado. O que é hoje Termo de Ajustamento de Conduta, em que nós inclusive estamos pagando por erros cometidos no passado. E portanto, é isso que está em curso, pura e simplesmente. Tudo isto está devidamente documentado, e quem achar que eu estiver faltando com a verdade, que apresente documentos no sentido contrário, ou o que é muito mais simples, que me processe. Foi cometido, na minha avaliação, enquanto profissional que é da área, crime ambiental. Relevamos essa matéria, portanto o que está sendo feito não é obra de última hora, é coisa que esta se discutindo desde o ano passado ou ano retrasado, e houve uma maturação em todo esse processo de elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta, que pudesse levantar embargos para que nós pudéssemos armazenar água indispensável para o nosso abastecimento. Muito obrigado.

Sr. Nelson – Z1A. Ouvindo o antigo presidente e ouvindo a fala do Dr. Márcio, é a coisa mais simples possível, o que está sendo pedido aqui é uma reparação que nós vemos a, me fugiu a palavra, mas reparar do nosso bolso a irresponsabilidade de uma Diretoria, não é de um homem só não, é de uma Diretoria inteira, porque ela estava presente. Ela sabia o que estava fazendo. E nós temos que cobrir agora atos praticados ilegais. E eu acho que não é o único ato ilegal que algumas pessoas vem praticando ou praticaram. Não é? Em nome inclusive da Porta do Sol. Eu acho que essas pessoas devem ser responsabilizadas a devolver o dinheiro que ora nós estamos e vamos ter que pagar para cumprir uma determinação judicial. Aqui nós não estamos discutindo se vamos pagar quatrocentos e cinquenta ou não, nós temos que pagar. Vai ter que ser pago. Ou por bem ou por mal, de uma forma ou de outra. Porque em juízo não se brinca. Tem algumas pessoas que acham que podem brincar, não é? Mas eu tenho certeza que não. Eu acho que, eu quero deixar meu voto declarado aqui que, antes de tudo, deve ser responsabilizada a Diretoria por esse prejuízo ao nosso bolso.

Sr. Neto – O caminho mais fácil disso Nelson, é uma ação civil pública que o senhor pode encaminhar processando para que ele devolva ao Residencial. Não é a pauta de hoje aqui.

Sra. Deisy – Eu acho que todo mundo tem que voltar para a pauta e se isso não tem discussão, isso ai é coisa para ser decidida nos tribunais, a essa administração se comprometeu a levar a juízo as dúvidas e as coisas que eventualmente apurou ou vier ainda a apurar com relação às outras administrações, e isso é uma coisa que cada um de nós pode fazer, então não comporta ficar discutindo isso agora. O que a gente tem que discutir, tem outras coisas mais para frente, é realmente que cada um vá ter que dar conta da sua administração. Ninguém pode duvidar de que tudo o que se faz, daqui a pouco a gente encontra ali na frente. É uma coisa assim, é uma lei física, da ação e reação, então ficar aqui falando sobre isso, eu nem conheço a maioria das pessoas, quase ninguém que esta aqui, vem um e fala se defende, vem outro e fala..., tudo bem eu acho que não é a seara para essa discussão nesse momento. Então é só voltar a pauta como eu havia pedido para o senhor. Obrigada.

Sr. Neto – Perfeito. Só tem mais dois inscritos e eu pediria aos dois que fossem bastante breves nas suas intervenções. Sr. Edson e o Sr. Mário Fontes.

Sr. Edson – Dona Deisy, minha única intenção aqui foi mostrar que esse dinheiro que nós

estamos pagando hoje, nós não precisaríamos realmente estar pagando se não houvesse denúncias dessas pessoas. Independentemente do que estava sendo feito, até porque a obra não estava acabada, estava em andamento, então não esperar a conclusão. E eu só quero fazer uma correção, mais uma vez na fala, eu não cito nomes porque uma coisa que eu aprendi, é que cada vez que eu cito nome eu dou direito a defesa, então por isso eu não cito. É uma estratégia minha que eu não vou entrar no mérito. Agora com relação a mudar o leito da rua, eu já disse isso um milhão de vezes, vou dizer aqui para que fique registrado em ata na milésima primeira vez. Aquele terreno que existe ali que faz fundo para a Av. do Sol ele é do Setor C que não faz parte da matrícula original do Residencial. Então a idéia de mudar o leito da rua é para que nós pudéssemos cercar aquele terreno para evitar a instalação de comércio clandestino, como já foi instalada uma pequena, um quiosque lá que hoje esta servindo de imobiliária. Então a intenção era fechar tudo aquilo, só que eu não podia fechar dentro do terreno do proprietário. Então a idéia era mudar o leito para que ai sim eu pudesse fechar, e não devolver para o legítimo dono, seja lá quem fosse. Então esta havendo ai mais uma informação errada. Só isso.

Sr. Neto – Temos aqui o seguinte: temos uma conta que o Condomínio tem que pagar em função da apresentação aqui pela Diretoria de 10 parcelas de R\$ 38,40, a serem pagos em boletos à parte, depositados como esclareceu bem aqui o Presidente, em uma conta especial com prestação de conta, ou seja, dinheiro carimbado. Aqueles que são favoráveis ao pagamento de 10 parcelas de R\$ 38,40 extras para cobrir a questão da água, meio ambiente, Captação V e a questão da Hípica, por favor cartão verde. Quarenta e nove verdes. Vermelho é que recusa a proposta, por favor. Quarenta e nove a trinta e um. Ganhou a aprovação da prestação de R\$ 38,40. Próximo item de pauta: item 6 – Discussão e Deliberação sobre recomposição da inflação de 2004 IGPM nas contribuições de associados do Residencial.

Sr. Forti – Eu queria fazer uma proposta alternativa a esta proposta. Se a gente fosse avançar na política do trator, talvez a gente aprovasse o item 6. Eu até fiz uma pergunta ao Presidente de Conselho, e queria que fizesse uma avaliação, até em respeito a uma fala anterior que foi feita aqui, por alguém da assembléia, que a gente precisava fazer uma ação efetiva em cima dos inadimplentes, então a Direção Executiva esta retirando o item 6 momentaneamente. Só que, queria inclusive que fizesse uma avaliação ai, o estatuto, ou a gente fizesse uma análise jurídica, porque na realidade, aquilo que foi dito pelo Renato inicialmente, era o seguinte: nós temos que fazer uma pressão em cima do inadimplente. Historicamente aqui dentro, nós nunca divulgamos quem são os inadimplentes. Eu tenho historicamente premiado aquele que é o nosso parceiro, que nem eu, que nem vocês que cumprem o nosso dia a dia. Mas aqui está a lista, e eu disse que, como o Márcio fala, se a gente é pressionado e vai responder, aqui está a lista daqueles que, ao longo de um dia, de um ano, de dez anos ficam pendurados sobre as nossas costas. Se isto aqui efetivamente fosse do conhecimento dos senhores, de repente a gente ia encontrar um vizinho, do lado direito ou do lado esquerdo, que está pendurado sobre nós os últimos dez anos. Eu sei que o Estatuto, uma série de coisas, já falei isso no Conselho, companheiro Mário Fontes é rígido dizendo que não pode, mas eu quero deixar uma proposta, para que a Assembléia inclusive faça uma apreciação, e depois a gente faça uma avaliação jurídica da possibilidade disso ou não, não da divulgação do nome da pessoa, mas do lote. Todo mundo aqui que mora em condomínio em São Paulo, Márcio, eu só quero deixar a proposta para que a gente possa estudá-la posteriormente, porque a gente retirar uma proposta de compensação de inflação do ano, que os nossos custos estão colocados ai, em função disso, quer dizer eu acho que é um grande avanço. Está certo? Então a minha vontade seria de divulgar os 600 nomes, os 600 lotes que estão aqui, que hoje são os inadimplentes da APAPS historicamente. E que talvez sejam aqueles que mais questionam uma série de coisas aqui dentro. Esta certo? Vocês todos que estão aqui levantando o crachá a favor ou contra, efetivamente, são pessoas que são adimplentes, são pessoas parceiras do processo. Todo mundo que recebeu lá. A posição da Direção Executiva é a retirada do item 6. Isso faz falta para a gente. A posição é a retirada da proposta por uma rediscussão em função de uma nova assembléia a ser tratada. Isso aqui era uma compensação a inflação de 2004. Nós já estamos no meio do ano, vamos apertar o cinto e ver o que a gente faz até a próxima assembléia, com relação à questão da Auditoria. Mas fica aqui a minha vontade, desde que o Conselho me de autorização e desde que as questões legais e jurídicas me permitam fazer isso, para que a gente não cai no Código de Defesa do Consumidor, a importância de você começar a divulgar quem são os maus pagadores, que são aqueles que pesam sobre as nossas costas. Muito obrigado.

Sr. Neto –Então foi retirado da pauta o item 6 e há uma proposta de divulgação que vai nos assuntos gerais, a proposta para ser apreciada pela Assembléia. Eu volto então ao item dois. Nós adiamos aqui, do dois passou para depois do item seis. Nós combinamos, e dizem lá em Sorocaba que o combinado não é caro. Renato, com a palavra o item dois. O item dois é sobre a conta do primeiro trimestre. Relembrando uma promessa sua que seriam cinco

minutos.

Sr. Renato - Cinco minutos. O número de participantes da Assembléia já reduziu, já estamos praticamente com a metade deles. A avaliação do balanço de 2004, juntando o item 2 com o item 3, não fazendo distinção dos trimestres do exercício de 2004. O balanço está aprovado, com duas ressalvas. Primeiro: asfalto, que vocês receberam uma planilha, que é perfeitamente avaliável, analisável por vocês, os dados estão muito claros, então esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, são receitas de fontes não identificadas, que consta da primeira planilha de R\$ 98.000,00. Essa é a avaliação do balanço de 2004. Estou pronto para responder as questões.

Sr. Neto - Alguma questão sobre o que foi colocado ? Fechado ? Renato pede a palavra.

Sr. Renato - Renato. Lote B4P. Voltando ao primeiro item de auditoria, é assim, eu como Conselheiro Fiscal, entendo que um tratamento de auditoria no nosso condomínio, seja fundamental, para que a gente tenha um tratamento profissional dos processos administrativos e também de toda a documentação existe nesse condomínio. Obrigado.

Sr. Neto - Qual é a proposta efetiva então?

Sr. Renato - Proposta: Aprovação do orçamento de 2004, com as duas ressalvas, e nós temos aí, um prazo de um mês, está certo?, ou pelo menos dois meses, para que, nós tenhamos todas as contas de asfalto limpas e esclarecidas e transparentes, assim como, também toda a receita de R\$98.000,00 caracterizada a sua origem. Hoje, uma informação adicional e que nós temos dos R\$98.000,00, R\$ 68.000,00 já localizados pela administração. O que é receita sem origem? É alguém que depositou na minha conta e eu não sei quem foi e por qual motivo foi. Então a proposta é bem clara, aprova-se com as duas ressalvas.

Sr. Edson - Eu vou ser bastante rápido. Antes de mais nada, parabenizando o Renato, pelo brilhante trabalho que ele fez. Agora o que precisa ser ressaltado, é que alguns aspectos do estatuto não foram observados, as contas que hoje estão sendo trazidas para análise dos Senhores, deveriam ter sido analisadas e aprovadas pelo Conselho ou não, trimestralmente, e isso não foi feito, tá? Chegou-se agora no final, volto a dizer com o trabalho brilhante do Renato, ele chegou no Conselho e disse exatamente o que disse aqui, apresentou as contas e pediu aprovação, só que no meu entender, existem muitas lacunas a serem explicadas, tem várias contas ali, vários aumentos que nós não sabemos a que exatamente, não foi esmiuçado, onde foi gasto aquilo, por exemplo, na manutenção de rua, só para dar um exemplo, que no nosso era zero, porque era feito pelo nosso pessoal, no demonstrativo de 2004 tem R\$ 170.000,00 ou algo parecido, só que isso não veio explicado onde foi. Nas contas da receita e despesa, eu fui informado que numa das contas tem um empréstimo bancário ali dentro, que fez com que as contas ficassem positivas. Só que quando você pega um empréstimo bancário isso não pode ser visto como receita, ele tem que ser lançado no ativo e também no passivo do contas a pagar, de tal sorte, que a conta ela vai ficar negativa, pelo menos a médio e longo prazo. E o que é mais o paradoxo que eu acho maior nisso tudo, eu acho louvável é que tenha sido feita essa auditoria, de 1998 a 2003. Eu mesmo aprovei essa auditoria, porque eram contas que já estavam auditadas, porque uma coisa que a gente sempre fez, além de expor as contas trimestralmente ao Conselho, anualmente nós é que instituímos auditoria aqui na Porta do Sol, externa. Então, todas as nossas contas, quando era trazida ao Conselho, ela já estava auditada e normalmente quem apresentava era o Auditor. Então o maior paradoxo que eu vejo nessa história toda é isso, o maior cuidado de fazer uma auditoria em cima de umas contas que já estavam auditadas e aprovadas e essas daqui não, estão trazendo sem qualquer auditoria, então a minha proposta é no sentido de que não seja aprovada essa contas, que seja contratada uma auditoria para auditar essas contas, e somente após essa auditoria é que, com o parecer do Auditor, é que poderíamos então vir discutir se aprovamos ou não essas contas.

Sr. Liberal - Eu queria só comentar alguns itens aqui desse demonstrativo, que infelizmente eu só recebi na quinta-feira, então ficou muito em cima para analisar, mas eu gostaria de um esclarecimento da Diretoria, porque onde fala com pessoal, eu gostaria que vocês vissem aí, houve um aumento de 214%, de R\$ 2.000,00 foi para R\$7.700,00. Então há um aumento considerável aí, em pouco mais de quinze meses. Aí depois você vai para publicações de R\$3.000,00 foi para R\$22.000,00, que é um aumento também considerável. Então eu gostaria de ter esses esclarecimentos, e quando você vai para engenharia, de R\$4.600,00 também foi para R\$22.000,00. Então são aumentos bastante substanciais e também o que me chama a atenção é nesse serviço de terceiros aí, estão valores altos quando você tem lá, você tinha R\$21.000,00 "outros" e R\$70.000,00. Para mim conta "outros", deveria ser o menor possível, porque toda conta tem que ter uma explicação e me salta aos olhos que sai de R\$21.000,00 para R\$70.000,00. Eu sempre gostaria que esse "outros" ou "diversos" fosse o menor possível, porque outros ou diversos, você não tem como pedir explicação ou ter qualquer esclarecimento. Quando você vai e elogia-se o trabalho da Mônica, que eu dei parabéns, na questão eventos que houve redução, quando você vai, por exemplo,

administração R\$19.000,00 para R\$46.000,00. Então são aumentos de que carece de uma explicação bem clara sobre isso. Aí quando você vai lá, além do "outros" você tem "despesas extra-orçamentária", vai de R\$44.000,00 para R\$78.000,00. Então tem coisas aqui, que eu gostaria que o Forti ou alguém da Diretoria, desse esses esclarecimentos desses valores ou então que nem se colocasse aprovação ou não, até que a gente recebesse em casa o esclarecimento dessas contas já que o horário está bem avançado, antes de colocar em votação. Então a minha proposta é que não se colocasse em votação hoje e que a gente recebesse o esclarecimento, o porque desses aumentos e a abertura desse "outros" aqui e "diversos" da melhor maneira possível, ok ?

Sr. Décio – Conselheiro Décio – J8I. Nós temos memória curta, mas vou tentar refrescar alguma coisa para os Senhores. Mas antes, numa reunião extraordinária, o Sr Forti comentando para todos nós, isso falando diretamente para o Dr. Márcio, disse "Eu já disse para o Senhor, que não faço economia em propaganda política, posso fazer economia na luz, na água, pessoal, telefone, segurança, mas nunca na propaganda política". Se eu pegar aqui, já falado pelo outro Senhor, na Diretoria, teve 213,72 % a mais em relação de 2003 a 2004 e aqui está embutido, provavelmente, aquela viagem para Brasília que não houve uma explicação correta para todos os Senhores, lembram? Que inclusive o Presidente da mesa também foi junto, quem pagou essa despesa? Não foi esclarecido para mim, se não foi para mim, não foi para nós, e não

Mairinque, 31 de Outubro de 2005.

Antonio Fernandes dos Santos Neto Carlos José Intasqui
Presidente da Mesa Secretário

Conforme previsto nos Estatutos Sociais, Artigo 19º, parágrafo único, a Assembléia Geral poderá autorizar a mesa a lavrar e assinar posteriormente a respectiva Ata, delegando poderes a 10 (dez) associados presentes durante toda a reunião, para em seu nome, conferir, aprovar e assinar.

Testemunhas presentes à Assembléia Geral Ordinária realizada em 22/05/05:

Marisa Regina Paixão Serafim Afonso Martins Morais
Lote B5A Lote O2M

Renato Pereira Soares Murilo Alvarenga Júnior
Lote B4P Lote D8Q

Rodolpho Valentini Fernando Sampaio Moutinho
Lote D1N Lote Z9L

Márcio Cammarosano Deisy Maria Marino
Lote D2Q Lote G8P

Adir Fernando A. Dorneles Wanderley Molina
Lote Lote G9C